

**estratégias de  
sobrevivência:  
a produção  
da arquitetura  
em territórios  
populares**

**gabrielle gusmão**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

# estratégias de sobrevivência

a produção da arquitetura em territórios populares

Gabrielle Gusmão

Catlogação na Publicação  
Serviço Técnico de Biblioteca  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Gusmão, Gabrielle

Estratégias de sobrevivência: a produção da arquitetura em territórios populares / Gabrielle Gusmão; orientadora Isadora Guerreiro. - São Paulo, 2024. 140.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

1. Autoconstrução. 2. Produção da Arquitetura. 3. Territórios Populares. I. Guerreiro, Isadora, orient. II. Título.

## **agradecimentos**

Este trabalho é fruto de um processo que contou com a participação de muita gente, não só no que diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa que será apresentada, mas também no que tange às experiências que tive ao longo de toda a graduação - sem as quais esses sete anos teriam sido diferentes e, por isso mesmo, também seu encerramento seria distinto. Agradeço aqui às companhias que reiteradamente me lembraram que nem todos os processos que vivenciamos são solitários.

De trás para frente, agradeço às moradoras e moradores da Ocupação Madrinha, sem os quais este trabalho não poderia ser desenvolvido. Agradeço também aos membros do Coletivo Caetés, sem os quais eu não teria me aproximado das discussões que deram sentido à minha graduação. Fernanda Nakamura, Ana Wegner, Nina Galisi, Alec Akasaka, Helena Nakamura, Bruno Cristofani e Ana Pacheco, vocês foram especialmente importantes para essa pesquisa.

Agradeço também à orientação cuidadosa de Isadora Guerreiro. Sua participação nesse processo evidenciou as contradições que me saltavam aos olhos durante a pesquisa de campo, o que foi importante para que o território permanecesse no centro da pesquisa ao invés de compor o plano de fundo da revisão bibliográfica.

Quando digo que o desenvolvimento deste TFG contou com a participação de várias pessoas, não me restrinjo às contribuições que surgiram em discussões sobre a bibliografia ou o campo desta pesquisa, mas também às companhias que fizeram com que esse processo fosse emocionalmente possível. Pensando nisso, agradeço novamente (e imensamente) à Ana Pacheco. Te agradeço pela belíssima capa e pela ajuda nas imagens presentes nesse trabalho, mas quero acrescentar que seus questionamentos, pontos de vista e análises também foram muito importantes nesse processo - assim como seu afeto (misturados aos miados da Capitu) em cada uma das conversas que penduraram por horas a fio sempre que precisei. Ao longo dos dezoito meses dedicados a esta pesquisa, você me deu coragem para enfrentar o medo que, às vezes, me paralisou. Há uma beleza inerente à sua companhia e, parafraseando aqui o Don L, a memória sempre há de guardar a sorte desses agora.

Àqueles que vieram antes do TFG, agradeço pelos abraços que contrariaram a solidão paulistana e me mantiveram na graduação. Eliza Portas, Nathália Pimenta, Marco Christini, Laura de Haro, Laura Yamashita, Ana Júlia Haick e Talitha Freire, vocês foram muito importantes ao longo destes anos. Beatriz Barbosa, te agradeço pela companhia que sempre me remete à luz entrando pelas janelas do piso do museu.

Também tenho muito o que agradecer ao Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo. Primeiro, pela atuação na greve de 2016, pois só a partir dali a USP passou a ser uma possibilidade real para mim. Carinhosamente, agradeço também aos amigos que fiz nos anos em que fui parte do gfaud, aceitando o risco de me esquecer de alguns queridos. Rose Melchior, Paulo Tadashi, Felipe Leonidas, Bárbara Carneiro, Vic Chukri, Helena Nakamura, Ayumi Ranzini, Guilherme Bretas, Mariana Nunes, Gabriela Machado, Henrique Clesca, Nina Cherubim, Ana Pacheco, Henrique Figueiredo, Matheus Martins, Nicolas Sarracino, Patrick Correa, Matheus Bonini, Luciana Salvarani, Jussara Souza, Janaina Silva, Breno Terra, Yu Weibin, Rodolfo Sydow, Lucas de Souza, Eike Sato, Enzo Sato, Mari Aleixo, Kim, Tie Ito, Pedro Pires, Isabella Koide, Allan Pedro, João Generoso, Marina Marques - vocês são uma mistura gostosa de Principia, do Emicida, e Esse é Meu Estilo, do nosso Febem. Obrigada por me fazerem acreditar que podemos nos organizar para que a saída coletiva seja possível.

Agradeço aos amigos que fiz na salinha do gfaud: Christopher Belasco, Ryan de Lima, Daniel Lufti, Pedro Daré - companhias assim, regadas a café, trouxeram muita alegria pros meus dias. Também agradeço à Marília Gabriele, que, com seus gritos eufóricos e risos soltos, se tornou uma amiga querida.

Ainda na FAU, agradeço aos funcionários e docentes que cruzaram meu caminho. Aos funcionários do LAME e do LPG, deixo meu mais sincero agradecimento por toda a dedicação empenhada aos cursos dessa unidade, mesmo em um cenário de desmonte exponencial da universidade pública. Espero que a aproximação entre funcionários e estudantes possa construir saídas possíveis para que as próximas turmas ainda possam contar com o apoio técnico desses funcionários, que tantas vezes me salvaram nos períodos de entrega. Aos docentes, agradeço pela dedicação ao ensino. Antônio Barossi, Helena Ayoub, Zé Baravelli e Isadora Guerreiro, gostaria que existissem mais professores como vocês.

Maria Rosa e Brenda Muniz, obrigada pela amizade de sempre. Vocês são refúgio nos dias ruins e expoentes da alegria nos dias bons. Obrigada por me encorajarem a ser quem sou e acolherem (com todo carinho do mundo) todos os sentimentos que transbordam de mim.

Por fim, agradeço à minha família, que sempre torceu para que eu alçasse voos que nem sempre eram por eles entendidos como possíveis. Bruna, obrigada por ter devolvido meu chão nas vezes em que o perdi. Margarida, obrigada por ter me apoiado na busca por mim mesma e por ter me amparado com todo o carinho nesses processos. José, obrigada por ter me incentivado a não ter vergonha dos meus sonhos, no curto tempo em que estive comigo.

## **sumário**

**13** introdução

**23** capítulo um: organização política e produção do espaço

**49** capítulo dois: estratégias de sobrevivência

**105** capítulo três: a produção da arquitetura em territórios populares

**133** conclusão

**138** referências bibliográficas

## **introdução**

Casas de madeira dispostas ao longo de largas ruas de terra batida. No território seguinte, imóveis residenciais e comerciais implantados ao longo de vielas estreitas, concretadas, que serpenteiam a comunidade. Uma outra favela, mais antiga, com ruas pavimentadas com bloquetes, nas quais chegam as várias vielas cujo traçado escapa aos olhos do pedestre - ao longo das duas formas de acesso, estão pontos comerciais, casas térreas e sobrados de dois, três, quatro andares. Uma outra ocupação, mais recente, onde se vê que a fachada das casas da extremidade do lote valeram-se dos muros que outrora cercavam o local para instalar as portas de imóveis de madeira, alvenaria, ou uma combinação de ambos os materiais. Agentes de movimentos sociais, partidos políticos, grupos organizados da universidade, coletivos de extensão, agentes do crime, da igreja, do mercado informal.

A heterogeneidade dos territórios populares, expressa pelo loteamento, pelas técnicas construtivas e uso dos imóveis, pela organização da comunidade e pelas relações políticas, sociais e econômicas que produzem e são reproduzidas nesses espaços tornou-se mais evidente à cada visita feita às diferentes comunidades em que o Coletivo de Extensão Popular Caetés, do qual faço parte, atuou. Este coletivo, composto por

graduandos da FAUUSP, é orientado pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos (LabHab) e, atualmente, atua em territórios populares com o objetivo de contribuir com a permanência dos moradores nesses espaços.

O Coletivo Caetés foi formado durante a greve de 2016, momento em que os estudantes da Universidade de São Paulo se mobilizaram na luta pela adesão da USP ao sistema de cotas, no qual passaram a ser reservadas vagas para estudantes negros e indígenas e/ou oriundos de escolas públicas. Em uma das atividades da greve, na qual se discutia escritórios modelos e a importância de que o ensino de arquitetura não se restringisse ao espaço universitário, o grupo começou a se formar, consolidando-se como coletivo após o contato com o LabHab e o Movimento dos Sem Terra (MST). Inicialmente, a atuação do Caetés pautava o uso de técnicas construtivas alternativas, dada a aproximação com o MST e membros do Grupo de Construção Agroecológica (GCA) da FAUUSP.

Em 2020, durante a atuação em uma ocupação na Zona Norte da Região Metropolitana de São Paulo, os integrantes do grupo dedicaram-se à construção de um barracão, mas as dinâmicas socioeconômicas e políticas do território emergiram como elementos importantes da produção do espaço, de modo que a atuação do coletivo naquela comunidade já não poderia, então,

ser resumida ao processo desenvolvido dentro do canteiro de obras. No mesmo ano, a inserção em uma ocupação na Zona Oeste de São Paulo fez com que os estudantes se reconhecessem como agentes daquele território, não apenas como grupo extensionista que se dedicava ao estudo das técnicas construtivas. A partir dessa experiência, o reconhecimento do Caetés como agente que participa da correlação de forças que produz o espaço urbano dos territórios em que atua tornou-se evidente e o sentido original do coletivo foi transformado. Atualmente, a participação na produção desses espaços é compreendida como uma forma de atuar na organização coletiva da luta pela permanência dos moradores no território ocupado.

Foi nesse contexto que passei a compor o Coletivo Caetés, nos últimos meses do ano de 2021, quando o grupo estava articulando a entrada na Ocupação Madrinha<sup>1</sup>, à convite de um movimento social de luta por moradia. Tratava-se de um território formado há mais de cinco anos, que estava organizando a documentação necessária para a abertura de uma ação de usucapião coletiva. Além de documentos que comprovassem o tempo de moradia no local ocupado, era preciso que a ação apresentasse um mapa do loteamento, motivo pelo qual o Caetés foi acionado para realizar o levantamento do local - trabalho que legitimou a atuação dos estudantes frente aos moradores da Madrinha.

1. Tendo em vista que as dinâmicas socioeconômicas e políticas que serão abordadas neste texto não são restritas ao campo em que a pesquisa se desenvolveu - posto que desenvolvem-se também em outros territórios populares da Região Metropolitana de São Paulo, onde outros agentes entram em cena -, optou-se por dar um nome fictício à ocupação, a fim de preservar o anonimato dos envolvidos.



O levantamento foi realizado entre setembro de 2021 e novembro de 2022, período em que as visitas ao território eram frequentes e os estudantes ali presentes caminhavam por toda a ocupação para obter os dados necessários para a elaboração do mapa da comunidade. Nesse processo, observamos que os lotes possuíam tamanhos diversos e, neles, estavam implantados imóveis de uso comercial e/ou residencial, em arranjos térreos e assobradados, construídos em alvenaria e/ou madeira. Essa heterogeneidade conflitava com a descrição feita por Sérgio Ferro para a casa popular (FERRO, 2006), autor importante para o Caetés por analisar a construção civil dentro das relações capitalistas de produção, circulação e consumo.

O autor descreve a casa popular como o produto padrão da autoconstrução. Isso porque esse processo produtivo é descrito como aquele em que a família e os vizinhos figuram como a principal força de trabalho empenhada no canteiro de obras, no qual a casa popular é construída com o objetivo de atender às necessidades mínimas para a reprodução social dos moradores. Por tratar-se de uma população operária, cuja reserva monetária é composta pela somatória de pequenas partes do salário, tratava-se de uma produção limitada pelo baixo rendimento desses trabalhadores, o que era materializado na escolha dos materiais de construção mais baratos, utilizados conforme a técnica construtiva mais econômica e difundida: o empilhar de tijolos.

Na análise de Ferro, a autoconstrução é descrita como um processo dedicado à produção da moradia, cuja construção é orientada pelo valor de uso social e limitada pela economia familiar, motivo pelo qual tende a ser um produto padrão entre os “danados da terra” (FERRO, 2006, p.64). A divergência entre a padronização descrita por Ferro e a heterogeneidade reconhecida nos territórios em que o Coletivo Caetés atuou fez com que eu me interessasse pela pesquisa das transformações da produção da arquitetura em territórios populares, já que os produtos desses canteiros de obra já não poderiam mais ser descritos como homogêneos.

Inicialmente, esta pesquisa visava a caracterização da autoconstrução na Ocupação Madrinha, a fim de que esse estudo contribuísse com alguma amplitude de análise das variáveis que produzem a heterogeneidade arquitetônica reconhecida em territórios populares. Para tal, foi necessária a combinação da pesquisa de campo com entrevistas realizadas com os moradores autoconstrutores. Essas foram semi-estruturadas com perguntas que relacionavam-se com a análise feita por Ferro e visavam trazer elementos para a análise da organização e dos agentes presentes nos canteiros de obra; dos materiais e das técnicas construtivas utilizados; do produto dessa produção - uma casa térrea? um sobrado? um imóvel de uso misto? um ponto comercial? - e do objetivo dessa construção - tratava-se de um processo produtivo orientado por seu valor de uso ou por seu valor de troca?

A adoção metodológica de entrevistas semi-estruturadas permitiu que os assuntos abordados durante as conversas com os interlocutores estabelecidos no território não fossem resumidos àqueles elencados neste documento de referência. Assim sendo, os moradores da Madrinha puderam compartilhar suas próprias trajetórias, evidenciando os motivos que os fizeram chegar àquele território e as justificativas para que os imóveis em que residiam tenham sido autoconstruídos daquelas formas.

As entrevistas evidenciaram que a motivação para que aqueles moradores entrassem na ocupação não se resumia à necessidade de dispor de um terreno para a autoconstrução da casa, nem que essa produção era possibilitada apenas pela mobilização dos recursos financeiros das famílias. O que emergiu dessas conversas foi uma miríade de arranjos, ou “formas de fazer” (*know how*), que relacionavam as trajetórias de cada membro (seus *repertórios*) e os instrumentos, ou meios, utilizados nas articulações feitas com agentes estabelecidos ao longo dessa vivência, ao que se chamará, ao longo deste texto, de *recursos*. Estes, podem ou não ser monetários, pois os vínculos políticos e sociais dos moradores do território com agentes internos e externos a ele apresentaram-se como relações capazes de incidir diretamente sobre a produção do espaço - seja porque possibilitam o acesso à materiais de construção quando os recursos financeiros da família não são capazes de fazê-lo, seja

porque o acionamento de determinados agentes corrobora com as articulações políticas necessárias para que um morador permaneça no território, por exemplo.

Essas dinâmicas socioeconômicas e políticas emergiram de entrevistas que haviam sido semi-estruturadas para pautar a produção da arquitetura em territórios populares porque a autoconstrução funciona como um prisma para a compreensão das articulações feitas pelos moradores e suas redes de apoiadores, evidenciando a relação entre o trabalho concreto empenhado na produção dos territórios populares e as dinâmicas socioeconômicas e políticas que incidem sobre esse processo. Nesse sentido, tem-se que a autoconstrução é conformada por *estratégias* diversas que mobilizam recursos e repertórios dos próprios sujeitos - não apenas pela mobilização do próprio trabalho e dos recursos financeiros dos moradores autoconstrutores - para a produção e permanência naquele espaço.

Como se verá adiante, a heterogeneidade dessa produção está vinculada à diversidade de articulações feitas pelos moradores, que têm na autoconstrução o cerne da elaboração das estratégias de sobrevivência adotadas frente a um cenário de “transitoriedade permanente” (ROLNIK, 2015), no qual é a “viração” (TELLES, 2006) tem se intensificado. Nessa perspectiva, é preciso manter-se vivo mesmo com as constantes ameaças de remoção pelo Estado e com o encolhimento

dos empregos combinado ao avanço de trabalhos informais e temporários - isto é, é preciso se virar para garantir a sobrevivência da família em cenário em que tanto a moradia quanto os rendimentos familiares são constantemente colocados em risco, de modo que a autoconstrução é adotada como principal estratégia de sobrevivência do sujeito virador. Esse trabalho, portanto, se centrará no entendimento do lugar da autoconstrução nas estratégias de permanência de uma ocupação de terra específica, que está em seus primeiros anos de formação no momento atual de desenvolvimento da cidade de São Paulo.

Essa discussão está organizada em três capítulos. O primeiro é dedicado à apresentação do território em que a pesquisa de campo se desenvolveu, atentando-se para as estratégias coletivas mobilizadas durante a formação do território. No segundo, tem-se as trajetórias dos moradores, que mobilizaram seus próprios repertórios e recursos na conformação de estratégias de sobrevivência articuladas no entorno da autoconstrução. Por fim, uma revisão bibliográfica acerca das interpretações feitas, pelos estudos urbanos brasileiros, da produção arquitetônica dos territórios populares é realizada no terceiro capítulo, no qual objetiva-se explorar as aproximações e afastamentos da produção acadêmica consolidada e as dinâmicas socioeconômicas, políticas e espaciais vistas na Ocupação Madrinha.

## capítulo um

### organização política e produção do espaço

A Ocupação Madrinha está localizada na Zona Sul da cidade de São Paulo. Saindo da região central, é preciso pegar dois ônibus para chegar à parada mais próxima da comunidade, em um trajeto que dura cerca de 2 horas - a depender do trânsito do logradouro por onde passam as principais linhas que atendem a região. Em dias de chuva, o tempo do percurso é ainda maior, pois parte desse logradouro alaga e impede a passagem de automóveis. Uma vez fora do transporte público, existem duas opções para chegar à ocupação, que fica no alto de um morro: subir as ruas do bairro ou seguir por uma trilha aberta em meio às árvores que marcam a paisagem local. Este, por ser menos movimentado e não possuir sinalização, é o menos utilizado pelos moradores, que optam pelo trajeto mais longo e íngreme das vias do bairro, cujo início é mais próximo do ponto de ônibus - este também é o único acesso da ocupação adequado para o trânsito de automóveis.

O terreno da comunidade é um remanescente de área de uma gleba que já sofreu três desapropriações para construção de equipamentos públicos e é delimitado pelo muro de uma dessas construções, pelo logradouro público do bairro, pelo terreno<sup>2</sup> do Gustavo<sup>3</sup>, que já foi ocupado diversas vezes nos últimos dez anos, e pelo mato florestal por onde passa a trilha (MAPA 01).

2. Este, está inserido na Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais, delimitada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

3. Nome fictício, assim como serão os nomes das próximas pessoas citadas neste texto.

A Ocupação Madrinha teve início em 2016, quando um grupo de pessoas sem vínculo com movimentos sociais ocupou a área do terreno que está mais próxima do bairro. Esses primeiros moradores cercaram lotes de tamanhos variados e deram início à autoconstrução de imóveis que, nesse momento, eram majoritariamente de madeira. Conforme novas famílias se mudavam para a ocupação, os imóveis avançaram em direção à trilha, região que concentra os canteiros de obras das moradias autoconstruídas desde 2021. Além disso, essa área também é marcada pela presença de imigrantes haitianos, que apresentam-se como uma população crescente neste território popular.

4. Ao longo do texto, em itálico, estarão as palavras e expressões utilizadas pelos próprios moradores nas conversas realizadas durante a pesquisa de campo.

Indagados sobre a forma de entrada na comunidade, os entrevistados afirmam que souberam da ocupação porque moravam na região e, por isso, foram até o local com o objetivo de conseguir um lote e *sair do aluguel*<sup>4</sup>, mesmo que não houvesse segurança da posse da terra. A entrada era feita pelo contato com os primeiros moradores, que orientavam os recém-chegados a demarcar os lotes que os interessavam, respeitando aqueles que já haviam sido cercados - não havia, portanto, qualquer limitação de tamanho ou de quantidade de lotes por pessoa ou orientação quanto à localização deles dentro da comunidade. Esta forma de entrada, feita por intermédio de agentes já estabelecidos na ocupação, garantiu a entrada de diversos moradores, cuja presença no território corrobora com a legitimidade da comunidade,

elemento importante frente às possíveis tentativas de remoção, pois contribui para a argumentação de que essas pessoas estão ali assentadas por *precisarem* de um terreno para autoconstruir suas residências, o que não pôde ser feito no mercado formal, no qual preço da terra e os custos do aluguel apresentam-se como dificultadores da instalação das famílias. Trata-se, portanto, de uma estratégia individual daqueles que intermediam a entrada - pois o fazem com o objetivo de garantir sua própria posse - e coletiva, já que a inserção no território constrói o argumento de que essas pessoas, que tiveram acesso à terra sem contrapartida monetária, enquadram-se no que Pedro Abramo definiu como “lógica da necessidade”:

A lógica da necessidade é simultaneamente a motivação e a instrumentalização social que permite a coordenação das ações individuais e/ou coletivas dos processos de ocupação do solo urbano. Diferentemente das outras duas lógicas [de mercado, reguladas pelo Estado ou informais], o acesso ao solo urbano a partir da lógica da necessidade não exige um capital político, institucional ou pecuniário acumulado; em princípio, a necessidade absoluta de dispor de um lugar para instalar-se na cidade seria elemento suficiente para acionar essa lógica de acesso à terra urbana. (ABRAMO, 2009, p. 06)

**mapa 01**



Todavia, nem todos aqueles que obtiveram um terreno conforme essa lógica fixaram moradia na Ocupação Madrinha. É o caso de Joana, que, por ter dois filhos pequenos e ser casada com um homem alcoólatra, não detinha recursos humanos para auto construir sua casa, nem recursos financeiros para contratar mão de obra informal para tanto. Logo, a venda do lote conformou-se como uma estratégia melhor para a família, que poderia pagar alguns meses de aluguel com o dinheiro recebido. Casos semelhantes fazem parte do repertório da comunidade, pois o lote conquistado significa também a conquista de um potencial de reserva monetária, que pode ser realizado no momento da venda do terreno. Este repertório coletivo também inclui experiências em que a saída da comunidade é justificada pela necessidade de mudança em virtude de oportunidades de emprego em outras localidades, situação em que imóveis autoconstruídos também são disponibilizados para venda e/ou locação, a depender da estratégia familiar. Os entrevistados não souberam definir o início da ocorrência dessas transações imobiliárias, mas uma militante<sup>5</sup> argumentou que trata-se de uma dinâmica comum em ocupações mais consolidadas, nas quais a menor insegurança na posse da terra permite a adoção estratégica do que Daniel Giavarotti chamou de “negócios com terra” (GIAVAROTTI, 2017, p.138), os quais permitem o incremento de renda e a adequação à instabilidade de empregos temporários e/ou precarizados que podem exigir a mudança da família.

5. Que atua na Ocupação Madrinha e em outras comunidades do Estado de São Paulo e foi entrevistada para esta pesquisa

A ocorrência dessas transações imobiliárias em diferentes territórios populares indica que elas fazem parte do repertório das classes populares e não se restringem a um território específico. Durante a entrevista, a militante associou essas trocas monetárias à menor insegurança da posse da terra, mas a pesquisa de campo do Coletivo Caetés já as reconheceu em territórios populares recém formados, nos quais o reduzido grau de consolidação dificultaria o desenvolvimento dos submercados de locação e comercialização do “Mercado Informal do Solo” (ABRAMO, 2009). Deste modo, as compras, vendas e locações informais de imóveis não podem ser definidas como práticas cuja condição de preexistência é a relativa segurança na posse da terra de um território popular, mas podem ser compreendidas como parte do repertório coletivo dos moradores da periferia<sup>6</sup>, que mobilizam estrategicamente essas possibilidades.

A pesquisa de campo indica, ainda, a realização de trocas não monetárias na aquisição de terrenos. Dona Maria, cujo esposo reivindicou a posse de dois lotes na ocupação, doou um deles para o filho de outro morador da comunidade; Seu Zé e a esposa, Lourdes, cederam parte do seu quintal para a construção de uma casa para a filha, que se mudou para a Ocupação Madrinha após ter sido vítima de violência doméstica; Juliano, que comprou o lote ao lado da igreja de madeira construída por Dona Maria - um uso que escapa da “lógica da necessidade” -, trabalhou no canteiro de

6. O termo “periferia” será compreendido, ao longo desta pesquisa, como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial” (BONDUKI, ROLNIK, 1998, p.147). Não se refere, portanto, à localização geográfica dessas ocupações.

obras para reconstruí-la em alvenaria e, como forma de pagamento, recebeu uma faixa do lote desse imóvel para integrar ao seu; Sara e o marido, Tulio, depois de perderem o lote escolhido ao entrarem na ocupação, trocaram parte dos materiais de construção que possuíam pela metade do terreno de uma moradora que ainda não havia construído por falta desses recursos. Esses casos evidenciam que, além da lógica da necessidade e das transações feitas no Mercado Informal do Solo, recursos não monetários, como doações e trocas simples, fazem parte do repertório das classes populares no que tange o acesso à terra.

7. O termo “formal” aparece aqui entre aspas porque entende-se que, mesmo fora das ocupações e favelas, a informalidade está inserida nas dinâmicas de produção e reprodução das cidades brasileiras.

Assim como a igreja construída por Dona Maria caracteriza-se como um uso que escapa à lógica da necessidade, outros imóveis não residenciais estão inseridos nas dinâmicas urbanas de territórios populares. Estes, evidenciam que esses espaços não conformam-se como tal apenas para suprir a necessidade de moradia de uma população empobrecida, mas sim que tratam-se de territórios produzidos por dinâmicas socioeconômicas e políticas próprias, que dialogam com aquelas vistas no espaço urbano “formal”<sup>7</sup>, onde reproduzem outros modos de morar e viver nas cidades. Assim sendo, o olhar para as ocupações da cidade de São Paulo devem considerar também as mercearias, botecos, salões, igrejas e creches como parte de uma forma de sobrevivência que não é marginal à cidade e, por isso mesmo, não limita-se às moradias autoconstruídas nesses espaços.

As trocas monetárias e não monetárias realizadas na periferia de São Paulo, assim como os imóveis não-residenciais e as moradias autoconstruídas, fazem parte, portanto, dos repertórios e recursos dos moradores, que, sujeitos a um estado de “transitoriedade permanente” (ROLNIK, 2015), os conformam em estratégias que buscam garantir a reprodução social familiar em um contexto de intensificação da “viração” (TELLES, 2006). Os repertórios, recursos e estratégias mobilizados pelos moradores periféricos produzem e são produzidos por uma forma do urbano que se desenvolve nas fronteiras entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, nas quais a expansão, consolidação, permanência e eventual expulsão dos moradores são constantemente disputadas por meio de mecanismos de natureza também política (ROLNIK, 2015, p.193).

Essa zona de indeterminação entre a lei e a não lei (TELLES, 2010) pode ser observada na produção da infraestrutura urbana da ocupação, onde o abastecimento de água e energia elétrica dos imóveis foi feito por *gatos*<sup>8</sup> que têm origem na rede pública. Tem-se, então, que a informalidade desses serviços origina-se na formalidade da infraestrutura pública. Para Vera Telles, casos como este, comuns na maior parte dos territórios populares, colocam o Estado como um vetor da ilegalidade (TELLES, 2006, p.204), apesar de ser também a instituição regulatória de tais serviços.

8. Forma de acessar energia elétrica e água potável sem a regulação do Estado. Trata-se da ação direta dos moradores sobre as redes de abastecimento, das quais são feitas extensões até as moradias.



Os sistemas informais de abastecimento de água e energia elétrica da Ocupação Madrinha foram iniciados em 2016, ano em que a ocupação foi iniciada. O processo para a instalação desta infraestrutura foi organizado por Alice, uma moradora que se apresentou como uma agente capaz de acionar pessoas que já haviam feito *gatos* em outras comunidades e poderiam fazê-los também naquela, por meio da sua mediação financeira e monopólio dos serviços prestados. A instalação de água foi feita a partir do logradouro do bairro e levada para dentro da comunidade, onde os moradores puderam conectar o encanamento de suas residências e garantir o abastecimento. A distribuição de água na ocupação se distingue daquela feita na formalidade, na qual cada lote é associado a um ramal, pois, nos ramais que conectam as residências primárias ao *gato*, são conectados outros, a fim de atender também imóveis mais distantes ou mais recentes<sup>9</sup>.

A distribuição de energia elétrica, por sua vez, tem início em um poste próximo à entrada da comunidade e é distribuída, em postes de madeira, por toda a ocupação. Em torno dessas obras, tem-se um dos primeiros conflitos da comunidade, pois os custos foram pagos com uma arrecadação que Alice organizou entre os moradores. Aqueles que já residiam na Madrinha nesse período contam que ela os cobrava uma mensalmente pela água e pela energia elétrica da comunidade, mesmo que o abastecimento fosse ilegal

e a obra já estivesse concluída. Por não acharem o pagamento coerente com o contexto da ocupação, os moradores deixaram de fazê-lo e, após um conflito<sup>10</sup> com Dona Maria, Alice deixou de ser uma liderança local.

Assim como os sistemas de água e energia elétrica, a circulação da comunidade também está inserida na produção do espaço construído deste território popular. Dado que a ocupação não foi organizada por um projeto de loteamento prévio, o traçado viário produzido foi definido junto ao cercamento dos lotes, de modo que as vielas que dão acesso aos imóveis são produto do diálogo entre vizinhos, que acordaram o traçado e a largura entendidos como suficientes. A definição isolada de cada viela, bem como a singularidade de cada lote, produziu uma forma do urbano em que não há conformação de quadras ou padronização das larguras das vias de circulação da comunidade, que se limitam ao trânsito de pedestres, ciclistas e motociclistas.

Essa forma de produção do espaço urbano não é única entre os territórios populares com os quais tive contato como membro do Coletivo de Extensão Popular Caetés. A Ocupação Norte, organizada por um movimento social de luta por moradia, está localizada em um terreno demarcado como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) em uma cidade da Região Metropolitana de São Paulo, que foi escolhido para

10. A disputa pela liderança da comunidade será detalhada no próximo capítulo, que irá tratar da trajetória dos moradores e sua entrada na Ocupação Madrinha.

9. A construção de novas moradias faz com que os sistemas de abastecimento de água e energia elétrica estejam em constante ampliação.

ser ocupado por militantes e por pessoas que faziam parte da rede apoiada por eles. Neste caso, o projeto de loteamento desenvolvido - que teve apoio da extensão universitária e, portanto, foi um recurso conquistado por aquela comunidade, que a coloca mais perto da regularização - definiu lotes de mesma área para cada família, organizados em quadras delimitadas por ruas com largura suficiente para a passagem de carros. Na Ocupação Norte, o movimento social chamou atenção para a contradição inerente ao desenvolvimento do Mercado Informal do Solo em uma ocupação orientada pela lógica da necessidade, e, por isso, os moradores e militantes acordaram que seus imóveis não seriam objeto de transações imobiliárias. Esse tipo de acordo é considerado uma estratégia jurídica na medida em que fortalece o argumento de que a militância ali organizada reivindica o direito à moradia.

Tal estratégia coletiva pôde ser assim construída porque o movimento social é o agente hegemônico de gestão daquele espaço, situação distinta da Ocupação Madrinha, na qual essa hegemonia varia no tempo, no espaço e conforme as situações do cotidiano. Nesta, a presença de agentes externos à comunidade data de 2019, ano em que a ocupação do terreno vizinho, de propriedade de Gustavo, sofreu uma ameaça de reintegração de posse que foi levada às redes de militância da Zona Sul e fez com que representantes de partidos políticos e das comunidades eclesiais de base estivessem

presentes no dia da ação. Um dos agentes envolvidos na remoção das famílias que residiam no terreno do Gustavo era o capataz do proprietário, que alegou que as marcações topográficas da matrícula haviam sido removidas e/ou deslocadas e, por isso, apontou os limites da propriedade para que os motoristas das máquinas soubessem quais casas deveriam ser demolidas. Durante a ação, algumas famílias da Ocupação Madrinha, que residiam nas proximidades da fronteira entre as duas matrículas, tiveram seus imóveis parcial ou totalmente destruídos, mesmo que não tenham recebido nenhuma notificação de que seriam submetidas à reintegração de posse.

Esse acontecimento fez com que os militantes que estavam no local acessassem novamente a rede de agentes da Zona Sul, na tentativa de conseguir apoio jurídico para as famílias indevidamente afetadas com a reintegração de posse. Com isso, um movimento social de luta por moradia passou a acompanhar a Ocupação Madrinha, a fim de organizar uma ação de danos morais a favor dos moradores. Além do assessoramento jurídico, o movimento organizou ali outra frente de luta por moradia na cidade de São Paulo. Essa organização foi feita por meio de reuniões, assembleias e formações políticas que tinham como objetivo encaminhar a ação de danos morais e inserir a ocupação em um cenário maior de luta por moradia, na qual diversas comunidades se relacionam e podem compartilhar seus

repertórios e estratégias. É válido destacar que o contato com outros militantes significa também o aumento dos recursos políticos dessas famílias, que podem acessar outros agentes dessa rede de apoiadores.

O contato continuado entre o movimento social e os moradores pautou a luta por regularização fundiária e a mobilização da comunidade, processos que poderiam ser fortalecidos estrategicamente pela construção de espaços coletivos na ocupação. Dado que os moradores da Ocupação Madrinha, assim como outros das periferias de São Paulo, então sujeitos à insegurança alimentar, agravada durante a pandemia da Covid-19, e que os encontros da comunidade, sejam eles festivos ou políticos, eram realizadas na igreja da Dona Maria e em ambientes abertos, os moradores e militantes acordaram que a produção de uma horta e de um barracão seriam importantes para as lutas que desenrolam-se naquele território e deram início às construções.

Em 2021, a ocupação completou cinco anos, o que possibilitou que a comunidade reivindicasse a posse da terra, via usucapião coletivo. Entre os documentos exigidos pela ação, consta a apresentação de um mapa com os lotes da comunidade. A fim de que essa cartografia pudesse ser desenvolvida, o movimento social acionou o Coletivo de Extensão Popular Caetés, que, desde então, tornou-se um dos agentes do território - trazendo a ele recursos externos que colaboram para

a sua permanência. Além de realizar o levantamento do loteamento, nós realizamos algumas oficinas com os moradores, com o objetivo de discutir o desenvolvimento do mapa, que era entendido pelos membros do coletivo como um documento que deveria ser apropriado pelos moradores, possibilitando o planejamento de futuras intervenções no território.

A ação de usucapião coletiva reitera que os territórios populares se desenvolvem entre as fronteiras do legal e do ilegal, do formal e do informal, pois esse instrumento jurídico só pôde ser mobilizado mediante a comprovação, por parte dos moradores, da residência no local desde 2016. Essa comprovação foi feita com comprovantes de entregas e com registros de cadastros feitos em equipamentos de saúde e educação, nos quais o endereço de residência é a Ocupação Madrinha. A zona de indeterminação é aqui reconhecida na contradição entre o formal e o informal, posto que a formalidade dos cadastros, nos quais a moradia informal é reconhecida como válida para acessar serviços públicos, torna-se prova da residência no local, permitindo a reivindicação da regularização da posse da terra. Uma vez iniciado o processo da usucapião coletiva, a regularização do fornecimento de energia elétrica e água deste território tornou-se possível, mesmo que o assentamento ainda seja informal, pois a possibilidade futura de regularização fundiária foi utilizada como argumento frente às empresas responsáveis por estes serviços, que acordaram

mapa 02



a regularização desses sistemas - reforçando a indeterminação das fronteiras entre o formal e informal, o legal e o ilegal nos territórios populares.

No que tange à construção dos espaços coletivos (MAPA 02), a madeira foi a primeira técnica construtiva utilizada no barracão, mas foi posteriormente substituída por alvenaria, em um movimento semelhante ao dos moradores autoconstrutores, como se verá adiante. A análise dos conflitos gerados por esse canteiro de obras evidencia que diferentes agentes coexistem no território e, estes, ao invés de disputar a hegemonia local, apresentam-se com mais ou menos força conforme a situação, que especifica-se no tempo, no espaço e entre os agentes envolvidos. Essa coexistência pode ser explicada pelo arranjo de uma “hegemonia compartilhada” (PIETRO; VERDI, 2023), em que a insegurança da posse da terra nos territórios populares - fundada na centralidade da propriedade privada como modo de habitar a cidade capitalista - relaciona-se à ação do Estado e de agentes privados na reprodução da valorização imobiliária e da segregação socioespacial, impulsionando a manifestação de estratégias de sobrevivência em que a vida cotidiana se desenvolve com múltiplas inserções na trama dos ilegalismos - diretamente, pelo contato com operadores dos mercados ilícitos, e indiretamente, dada a atuação de membros da igreja, de empresas privadas e de movimentos sociais em um território cujas fronteiras entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito se atenuaram.

O barracão foi construído em um lote doado por Nê, que tem vínculo com o Primeiro Comando da Capital (PCC), à Lia, que o doou para Túlio, esposo de Sara<sup>11</sup>. Lia orientou Túlio a construir ali algum espaço coletivo, já que essa reivindicação crescia entre os moradores. Entre pedidos de igrejas e espaços de reunião e festa, ele defendeu a construção de um galpão para que as famílias pudessem comemorar os aniversários das crianças em um lugar dentro da comunidade, pois a maior parte das casas não tem espaço para essas festividades. Após a assembleia de moradores acordar o uso do espaço, o barracão de madeira foi construído por Túlio e seu José<sup>12</sup>. Em 2021, seguindo a decisão de outra assembleia, deu-se início a reconstrução, em alvenaria, do galpão, a partir de arrecadação coletiva junto às famílias. Nesse canteiro, os dois trabalharam com a ajuda de alguns moradores, que fizeram a fundação, ergueram as paredes e colocaram o telhado do imóvel. A obra foi paralisada no mesmo ano, em virtude do esgotamento do dinheiro arrecadado, mas foi retomada em 2023, após nova mobilização em prol da construção, na qual destaca-se a atuação do movimento social.

A retomada foi organizada em um mutirão autogerido, do qual o Caetés participou a convite do movimento popular. Em um dia de trabalho, membros do coletivo, militantes, moradores brasileiros e um morador haitiano produziram o contrapiso do galpão. A expectativa era que a construção continuasse com mutirões

11. O casal foi anteriormente citado como um dos exemplos de acesso à terra por trocas não monetárias.

12. Esposo de Lourdes, já citados anteriormente.

autogeridos, pois o movimento social, que aparecia como o principal agente da organização do canteiro, pautava a produção coletiva do espaço - que tem, nessa forma de organização de canteiro, sua principal expressão. Entretanto, ela foi continuada por grupos autônomos de moradores, que assumiram a responsabilidade integral da obra e acordaram que haveria um revezamento de grupos de pessoas, a fim de que o trabalho no canteiro fosse dividido entre os moradores e a obra não fosse paralisada.

13. Fala de uma moradora da ocupação, durante uma das conversas realizadas.

Finalizado o contrapiso, o próximo grupo que atuaria no canteiro deveria trabalhar no rebocamento e nas instalações elétricas do imóvel. Como apenas um morador haitiano participou do mutirão, um grupo de imigrantes se ofereceu para realizar este trabalho, mas alguns brasileiros mostraram-se avessos à ideia, porque existe um conflito entre os dois grupos no que tange à construção civil na ocupação. A maior parte dos homens haitianos que mora na Madrinha trabalha no ramo e suas casas se diferem da maioria das casas dos brasileiros, pois são maiores e há um investimento maior de trabalho e de material no acabamento das construções - “eles falam que brasileiro tem que agradecer haitiano porque haitiano faz casa bonita”<sup>13</sup>. Em virtude de tal conflito, os brasileiros negaram a proposta dos haitianos, porque entenderam que sua participação na construção do barracão permitiria que eles reivindicassem o uso do espaço, já que, ao aden-

trá-lo, todo o trabalho visível teria sido feito por eles. Nessa perspectiva, a análise de Sérgio Ferro sobre o uso de revestimentos e adornos na ocultação das marcas deixadas pelo operário da construção civil (FERRO, 2006) contribui para a justificativa dada pelos moradores brasileiros para o afastamento desse grupo étnico da obra - cuja compreensão deve passar pela dimensão racista da sociedade brasileira e seu papel na reprodução de relações de poder, mesmo entre os subalternos.

Renata, que atua no território de forma rentista, construindo barracos para locação, participou do processo construtivo do barracão doando o material necessário durante o mutirão. A doação não foi feita nos dias que antecederam a atividade, mas sim quando a obra não poderia continuar sem sua contribuição. Dessa forma, os materiais não significaram apenas a doação de uma moradora, mas a participação de alguém que se faz presente quando solicitada, a fim de legitimar-se no território. Além disso, a ação de ser procurada pelos moradores, mesmo que não estivesse no canteiro de obras, parece colocá-la em um lugar de membro da comunidade que é procurado pelo grupo em momentos específicos, como alguém que faz parte dele e pode ser solicitada, mas não está completamente imersa na coletividade, visto que não contribui antes de ser procurada e não se faz presente no canteiro, mesmo que participe ativamente da produção das casas que constrói - como se verá adiante, o afastamento de Renata da atuação direta no processo

produtivo do barracão é transpassado por questões de gênero há muito expressas no canteiro de obras.

O primeiro morador que doou o terreno em que foi construído o barracão, Nê, também apresentou-se como uma figura importante neste processo. Apesar de não ter participado de nenhum momento da construção, ele reivindicou o direito de ter uma chave para usufruir do espaço, seguindo uma lógica rentista na qual a doação do terreno justifica a apropriação do que foi nele construído. Mesmo que ele seja acionado pelos moradores como alguém que detém o recurso de ser legitimado (pelo PCC) e de ser capaz de resolver alguns conflitos da comunidade, outras lideranças acordaram que ele não poderia usar o galpão sem acordo prévio, indiferenciado-o, portanto, dos demais moradores.

A presença de diferentes agentes no processo construtivo do barracão evidencia o equilíbrio instável existente entre eles, que parecem, à primeira vista, disputar a hegemonia da liderança conforme as estratégias mobilizadas por cada um, posto que elas possibilitam o acesso da comunidade a mais recursos (não apenas monetários). No entanto, nota-se que, como cada recurso tem importância em um dado momento da consolidação da ocupação, há mais uma flutuação e sobreposição de liderança - um espécie de compartilhamento permanentemente tensionado - e menos uma consolidação da hegemonia de uma delas. A relação entre o movi-

mento social e os moradores durante a reconstrução do barracão demonstra essa flutuação, pois o movimento foi o principal agente da captação de recursos junto à comunidade e da organização do mutirão que retomou o canteiro de obras, mas o trabalho continuado foi gerido pelos moradores, em um processo acordado entre as lideranças que distingue-se do mutirão autogerido. O equilíbrio instável entre as lideranças deste território evidencia, portanto, que os diversos momentos da produção e gestão do espaço e os papéis que cada produtor/gestor vai ocupando neste processo, conforme os recursos por eles mobilizados pela comunidade, são centrais na regulação política do território.

Os recursos, repertórios e estratégias das lideranças que compartilham essa hegemonia permanentemente tensionada não encontra conflitos e contradições apenas entre esses agentes, mas também com os próprios moradores, que reconhecem suas experiências como mais adequadas às situações específicas. O conflito entre a organização coletiva e as experiências individuais de vivência na ocupação pode ser analisado a partir das articulações feitas em torno da regularização fundiária da comunidade. Neste caso, o movimento social apresentou a contradição entre os negócios com terra e a luta por moradia, mas os moradores continuaram realizando transações imobiliárias porque o estado de transitoriedade permanente ao qual eles estão submetidos relaciona-se tanto ao acesso à moradia quanto

ao acesso à cidade. Assim sendo, a venda de imóveis com potencial de regularização e a compra de outros, em comunidades fora desse processo, é justificada pela importância de que a moradia seja próxima de equipamentos de consumo coletivo e postos de trabalho, ou pela necessidade de empenhar o capital imobilizado na casa em outros negócios que tentem garantir a reprodução social da família. Tem-se, então, um movimento em que os recursos, repertórios e estratégias dos moradores são preteridos em relação aos dos agentes que compartilham a hegemonia constantemente tensionada do território, evidenciando a conformação de relações de poder que produzem e são reproduzidas pela especificidade dos territórios populares. A mobilização das experiências individuais na produção do espaço urbano da Madrinha emerge da análise de diferentes processos de autoconstrução de imóveis, alguns dos quais serão descritos no próximo capítulo.



## capítulo dois

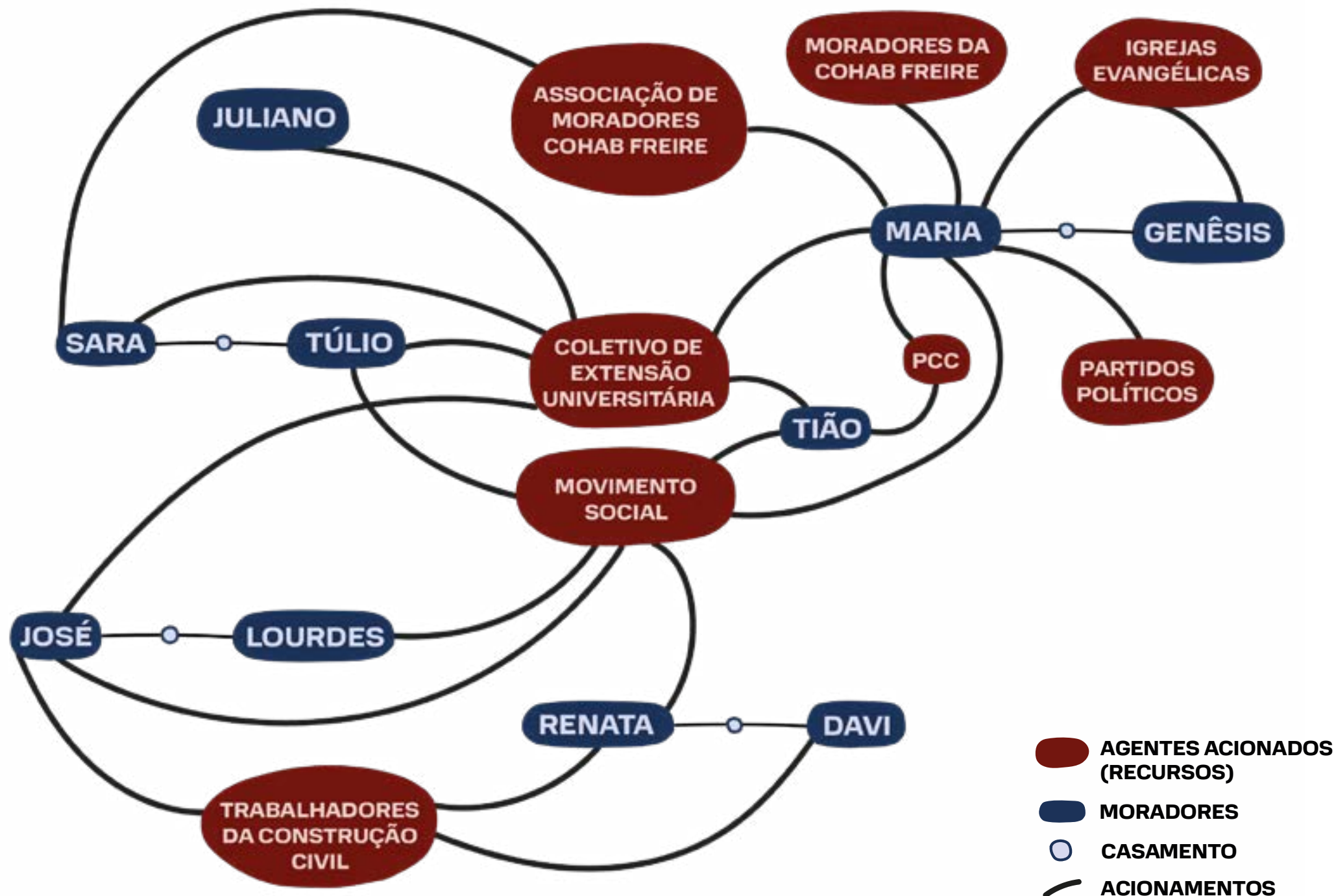
### estratégias de sobrevivência

Este capítulo se dedica à apresentação das histórias contadas pelos interlocutores estabelecidos na Ocupação Madrinha, não só no que tange à sua relação direta com este território, mas também no que se refere às trajetórias de cada um. Nestas, vê-se a mobilização de recursos e repertórios conformados em estratégias que levaram-os a estabelecer-se no território popular em que o campo desta pesquisa foi desenvolvido. Serão apresentados nove agentes: Sara, trabalhadora de um salão de beleza da região, e seu marido, Túlio, segurança privado; Juliano, dono de um restaurante aberto recentemente, que já deu aulas de artes marciais e trabalhou como segurança privado; Lourdes e José, pedreiro com quase trinta anos de experiência; Renata, que possui um negócio de carroto e materiais de construção com o marido; Dona Maria, senhora responsável pelo imóvel locado pela igreja neopentecostal local, militante de um partido político e líder comunitária de outro território, e seu marido, Gênesis; Tião, dono de um comércio local que integra boteco e mercearia.

Estes moradores compartilharam fragmentos diversos de suas histórias de vida - das anteriores à entrada na ocupação, aos acontecimentos cotidianos da vida na comunidade - nas conversas realizadas<sup>14</sup> durante a pesquisa de campo. Irei apresentar alguns frag-

14. Como apresentado na introdução deste trabalho, as pesquisas foram estruturadas a partir de perguntas sobre as trajetórias dos interlocutores estabelecidos no território e os processos de produção da arquitetura nos quais

## mapa de agentes



eles atuaram. Entretanto, tais perguntas direcionaram diálogos que ocorreram livremente, conforme as memórias articuladas pelos moradores.

mentos dessas histórias, nos quais foram reconhecidos elementos importantes para a compreensão de que a arquitetura em territórios populares é produto de um processo em que diferentes agentes se relacionam, mobilizando seus recursos (não apenas financeiros) e repertórios em estratégias individuais e coletivas que relacionam-se também com a produção no urbano daquele espaço.

Como esta pesquisa coloca a autoconstrução como o centro de uma análise em que agentes e processos se relacionam, a trajetória de Seu Zé, esposo de Lourdes, será apresentada mais longamente, dado que sua atuação na construção civil faz parte de seu próprio repertório, mobilizado como estratégia de sobrevivência de sua própria família, e dos recursos não monetários da comunidade, que o aciona em diversas situações cotidianas, conformando-o como o *faz tudo da comunidade*, imagem que corrobora com a legitimidade de sua atuação como liderança comunitária.

### Sara e Túlio

Sara e o esposo, Túlio, moraram de aluguel na zona Sul de São Paulo até 2016, quando a ocupação Madrinha começou. Entraram na comunidade no seu primeiro ano, pois souberam que o terreno havia começado a ser ocupado e foram até o local reivindicar um lote. Sara conta que subiu as ruas do bairro até a Madrinha e

encontrou Felipe e Matias na entrada, sentados em um sofá velho enquanto fumavam maconha, para os quais *pediu* um terreno. O aval deles foi seguido da orientação de que o casal poderia escolher um lote, dentre aqueles que ainda não haviam sido cercados<sup>15</sup>. O lugar escolhido ficava próximo de onde, hoje, é o Barracão da Comunidade. Uma vez escolhido o lote, Sara e Túlio confirmaram com os homens da entrada que a moradia da família poderia ser autoconstruída no local e, frente à resposta afirmativa, começaram a produção do imóvel.

Depois de um mês aplainando e capinando o terreno, Sara foi abordada por Machado<sup>16</sup>, que questionou sua presença no local e reivindicou a posse daquele lote. Diante do conflito, Felipe, testemunha da entrada do casal na ocupação, foi chamado. Ele reconheceu que o terreno havia sido escolhido por ela e o marido, mas pediu para que ela *aliviasse* porque ele era *mesmo* do Machado. Sara ficou muito frustrada com a situação, porque a perda do lote significava também a perda da mão de obra empenhada por ela e pelo marido e ela não aceitaria que este trabalho não fosse pago por aquele que reivindicou a posse do terreno depois de um mês de trabalho dos dois no local.

Como Machado trabalhava em uma loja de materiais de construção, o acordo feito foi que Sara e Túlio poderiam retirar R\$200 em mercadorias da loja, como forma de pagamento pelo trabalho realizado no terreno. Sem ter

15. O cercamento do terreno servia de sinalização de que aquela área já havia sido escolhida por alguém.

16. Durante as entrevistas, este foi o único momento em que Machado foi citado e eu não o conheci durante a pesquisa de campo, de modo que a posição dele na hegemonia compartilhada entre as lideranças da comunidade e as relações de poder em que ele se insere não puderam ser abordadas neste trabalho.

onde autoconstruir sua casa, Sara pensou em ir embora da comunidade, mas Felipe intermediou uma negociação entre ela e uma moradora que possuía um lote, mas não detinha recursos para iniciar a construção de seu imóvel. A proposta de Felipe foi que o casal doasse uma parte dos materiais que possuíam e dividissem o lote com a mulher. Como eles queriam *sair do aluguel*, aceitaram o acordo e trocaram doze telhas e um saco de cimento pela metade do terreno dela. Lourdes, moradora legitimada pela comunidade, foi chamada para testemunhar a troca não-monetária, a fim de que novos conflitos em relação à posse do terreno fossem evitados.

Em sua metade do lote, o casal construiu o primeiro quarto e a cozinha que garantiram o abrigo necessário para a família - um lugar para repousar e fazer as refeições para o casal e a filha. Quando conseguiram acumular recursos monetários suficientes, a casa foi ampliada com a construção de mais um quarto, uma sala e uma cozinha, mas essa área foi destruída pela reintegração de posse à qual a ocupação do terreno de Gustavo foi submetida - mas que afetou também treze famílias da Madrinha. Depois da experiência violenta, o casal adotou a estratégia de reconstruir a sala e a cozinha na área outrora reservada para o quintal, na tentativa de que a família vivesse com mais conforto, sem aproximar-se novamente do limite das matrículas dos lotes. A solução do casal pode ser caracterizada como uma estratégia coletiva, posto que as demais famílias que

permaneceram na Ocupação Madrinha após a reintegração de posse do terreno vizinho também adotaram a estratégia de reconstruir as áreas demolidas pela polícia em áreas afastadas do limite das matrículas. Para tal, a metragem e o número de cômodos das moradias foram reduzidos, pois as reconstruções não foram feitas a partir da verticalização dos imóveis.

A entrada de Sara e Túlio na comunidade evidencia que a conquista de um lote em territórios populares não está pautada apenas na lógica da necessidade descrita por Abramo, pois, apesar do primeiro lote acessado pela família ter sido assim obtido, aquele em que o processo de autoconstrução desenvolveu-se foi conquistado em uma troca não-monetária - indicando, portanto, que o acesso à terra nestas comunidades também pode ser feito por meio de acordos que escapam tanto à lógica da necessidade quanto ao Mercado Informal do Solo, também descrito pelo autor.

Os conflitos em torno da obtenção do lote também reiteram o argumento que reconhece a importância da mobilização de recursos não-monetários para o estabelecimento da família na comunidade, posto que, após a perda do terreno obtido pela lógica da necessidade, o casal acionou uma moradora legitimada no território, a fim de que ela pudesse defendê-los frente a uma situação semelhante. Nesse sentido, tem-se que os dois mobilizaram sua experiência recente como parte de

seus repertórios e valeram-se da proximidade com um agente influente na ocupação como recurso não monetário que corroborou com a permanência deles no local.

Além disso, a aquisição do lote por meio de troca simples e o recebimento de materiais de construção como forma de pagamento pelo trabalho do casal no terreno confirma que a produção da arquitetura em territórios populares não resume-se aos recursos financeiros da família, mas que trata-se de um processo em que repertórios e recursos (não apenas financeiros) são conformados em estratégias que visam a garantia da reprodução social de seus membros. Estas, variam ao longo do processo produtivo do imóvel, no qual combinam-se momentos em que recursos não-monetários são conformados em estratégias, como na conquista do segundo lote, e outros, nos quais os recursos financeiros orientam a produção, à exemplo da expansão do abrigo - que desenvolveu-se em um processo semelhante àquele descrito por Sérgio Ferro, no qual a casa popular inicia-se como um abrigo expandido conforme o capital acumulado pela família (FERRO, 2006).

Cabe pontuar, entretanto, a distinção entre o mundo do trabalho em que o casal está inserido e aquele descrito por Ferro. Este, analisa a autoconstrução da casa popular como um processo atrelado ao trabalho operário e, portanto, possibilitado pela combinação da poupança familiar (somatória de pequenas partes

do salário dos trabalhadores) e pelos dias de descanso do trabalho fabril (folgas e férias), que tornavam-se horas destinadas à autoconstrução da moradia. Na contemporaneidade, empregos formais como esses são quantitativamente menos expressivos do que os informais, de modo que os recursos financeiros da família já não estão relacionados apenas com a poupança familiar vinculada à forma salário, mas também com o endividamento popular e a realização de *bicos*<sup>17</sup> para incremento da renda familiar. Tem-se, então, um cenário em que a intensificação da instabilidade financeira das famílias incide sobre a produção do espaço, pois quando não há previsão exata da renda familiar mensal - já que o pagamento pelos trabalhos realizados escapam à forma salário -, o planejamento da construção da casa precisa adequar-se à meses de menores rendimentos que desaceleram ou paralisam as atividades no canteiro. Assim sendo, as estratégias centradas em recursos não monetários tornam-se tão importantes quanto às poupanças familiares, pois elas mobilizam agentes que contribuem com a própria força de trabalho e/ou doações, trocas não-monetárias e empréstimos de materiais de construção que possibilitam que o canteiro de obras continue em atividade mesmo quando os recursos financeiros mobilizados pela família se esgotam.

17. Trabalhos temporários.

Tais articulações em torno de recursos monetários e não-monetários destacam-se na produção da arquitetura em territórios populares, mas a trajetória de Sara e

Túlio na Ocupação Madrinha deixa claro que essas articulações, produzidas e reproduzidas no espaço urbano periférico, têm início antes da entrada no território, pois são elaboradas a partir de recursos e repertórios dos moradores recém chegados, mobilizados em estratégias que, primeiramente, vinculam-se ao lote. Este, torna-se a materialização dos primeiros conflitos entre os moradores, já que é preciso *pedir* um terreno para alguém que já reside no local<sup>18</sup>, definir com os vizinhos os limites dessa área e também o desenho das vielas de circulação - em cada uma dessas dinâmicas, os repertórios individuais são articulados tanto na produção do imóvel de cada família quanto na produção coletiva do espaço urbano da comunidade. A heterogeneidade desses recursos e repertórios evidencia-se, portanto, nos primeiros contatos com o território popular e, nesse sentido, a entrada de Juliano traz novos elementos para a análise das estratégias vinculadas à obtenção do lote: trocas monetárias combinadas às não-monetárias.

### Juliano

Juliano morava no Rio Grande do Sul, mas se mudou para uma casa de aluguel em São Paulo, onde se casou com uma mulher, da qual já havia se divorciado quando nos conhecemos na Ocupação Madrinha. Ele já foi das Forças Armadas, mas, no período em que a pesquisa de campo teve início, ele se dividia entre a ocupação de segurança e de professor de artes marciais; atual-

mente, está dedicado ao próprio empreendimento no ramo alimentício. Assim como outros moradores da Madrinha, Juliano *se vira* com as oportunidades de trabalho e/ou empreendimentos conforme surgem possibilidades articuladas por ele junto à sua rede de apoiadores. Ele conta que sempre locou as casas em que residiu e, apesar dos custos e da instabilidade do aluguel, reconhecia essa forma de morar como a única possibilidade viável para si, posto que ele não era proprietário de nenhum imóvel. Sua esposa, ao contrário, havia crescido em uma *invasão* e, partindo desse repertório, sugeriu que eles comprassem um terreno em uma ocupação e autoconstruíssem uma casa, a fim de que as problemáticas do aluguel fossem superadas.

Concordando com a sugestão da esposa, Juliano pediu para que um dos vigilantes com quem trabalhava o avisasse se soubesse de algum lote que estivesse à venda por um *preço bom*. Algum tempo depois, foi colocado em contato com Pedro, morador da Ocupação Madrinha que estava interessado na venda de um terreno de 50m<sup>2</sup>. Juliano visitou o local e se interessou pela transação imobiliária, mas não detinha o valor integral solicitado pelo vendedor<sup>19</sup> e, por isso, ofereceu-lhe um cheque caução para que ele *segurasse* o lote. Como ele nunca havia comprado um imóvel, nem residido em territórios populares, Juliano conta que se sentiu inseguro com a compra e, por isso, visitava o terreno diariamente, a fim de se *ambientalizar* e verificar se o

19. A pesquisa de campo aponta que os lotes na ocupação têm aproximadamente 50m<sup>2</sup> e custam em torno de R\$30.000,00.

18. Considerando o caso da Ocupação Madrinha, de organização autônoma. Nos casos em que as ocupações são organizadas por movimentos sociais, a entrada na ocupação é mediada pelos militantes.

vendedor não havia negociado com outra pessoa ou vendido um lote que não o pertencia. Durante essas visitas, ele tentou conversar com alguns moradores da comunidade, mas houve uma desconfiança geral em relação a ele - por sua estatura e aparição desavisada no território, muitos acharam que tratava-se de um policial e não deram abertura para que o diálogo acontecesse.

Um de seus primeiros contatos com vizinhos da comunidade foi com Dona Maria, que possuía uma igreja de madeira ao lado do lote comprado por Juliano. Ele contou à senhora que construiria ali uma casa para se mudar com a esposa, ao que ela respondeu que o lote ao qual ele estava se referindo era dela e havia sido doado para Pedro, filho de um vizinho. Dona Maria fez a doação para Pedro com o intuito de trazê-lo para perto do pai - a motivação não ficou explícita durante a entrevista, mas havia um consenso geral, entre os moradores que participaram desta conversa, de que isso faria bem para o homem. Entretanto, Dona Maria entendeu que Pedro, ao vender para Juliano o lote que havia recebido como doação explicitava sua *má índole*, que já era conhecida pelos moradores: ele *mexia com droga* e estava *juntando dinheiro* para trazer a esposa para São Paulo.

Pedro e Juliano foram analisados por Dona Maria, que reconheceu no recém chegado uma *fala mansa* que a levava a crer que ele seria *gente fina*, apesar de não conhecê-lo; em contraponto ao que já era sabido sobre

Pedro. Ao comparar a estratégia de Juliano, que chegou ao território e procurou se aproximar dos demais moradores, e de Pedro, que decidiu vender o lote recebido por doação, Dona Maria viu no primeiro a pessoa que deveria ser beneficiada por sua doação, não o segundo. Assim, a senhora orientou Juliano a *esquecer o cheque* e foi conversar com o pai de Pedro, para quem avisou que *seu* lote seria agora doado para Juliano.

É válido apontar que, em diversas conversas, Dona Maria, assim como outras lideranças do território, havia apoiado pessoas que expressavam o entendimento da ocupação como um lugar em que poderiam começar uma vida fora do aluguel - análise semelhante ao que Abramo chamou de lógica da necessidade -, em oposição àquelas que reconheciam o território como uma oportunidade de *fazer dinheiro*. Mesmo que essa análise não tenha sido explicitada durante a conversa, a intervenção de Dona Maria em prol de Juliano, que pôde então pagar o lote apenas com o cheque caução, parece dialogar com o repertório da senhora, que é também militante de um partido político e entrou na ocupação com o objetivo de participar da organização que estava se desenvolvendo naquele território popular.

Após a aquisição do lote, Juliano deu início ao planejamento da obra: faria uma casa térrea que deveria garantir sua reprodução social - ele já havia se divorciado quando o canteiro foi aberto -, e ser edificada no

entorno de duas árvores que ficariam posicionadas no centro da casa e no banheiro, respectivamente. Estas, não foram cortadas porque o movimento social que atua no território instruiu os moradores a não fazê-lo, a fim de evitar intervenções da polícia ambiental no local. Durante dois meses, Juliano aprendeu, por meio de vídeos disponíveis no YouTube, as técnicas necessárias para autoconstruir sua moradia. O canteiro de obras, organizado conforme os horários de descanso e dias de folga de Juliano<sup>20</sup>, era composto por Silvio, um pedreiro morador da ocupação que foi informalmente contratado e pago com *uns trocados* e algumas marmitas, e por ele, que se descreve como um servente de pedreiro cujo trabalho seguia os passos de Silvio - durante a entrevista, ele brincava dizendo que, durante a obra, ele era como “uma mosca no rabo do cavalo” de Silvio. Eventualmente, outros trabalhadores da comunidade foram informalmente contratados para atuar no canteiro, mas apenas quando um trabalho específico exigia mais mão de obra, já que o capital mobilizado por Juliano para a autoconstrução da casa precisava ser dividido entre os materiais de construção e a mão de obra necessários, motivo pelo qual apenas um dos trabalhadores contratados atuou durante todo o processo construtivo.

Quando as fundações da casa estavam quase prontas, Dona Maria estava negociando a chegada de uma nova Igreja na comunidade, que seria locatária de seu templo

de madeira. Um dos acordos feitos com a Igreja que se instalaria no local foi que o imóvel deveria ser reconstruído em alvenaria. Juliano, que já havia se aproximado da vizinha Maria, propôs à senhora que ele trabalhasse na reconstrução e, como forma de pagamento, ela cederia a ele uma faixa do lote em que a obra iria acontecer, a fim de que essa área pudesse ser incorporada ao seu terreno. O acordo foi selado entre os vizinhos e Juliano, junto a Silvio, levantou as paredes do imóvel de Dona Maria, deixando a produção dos acabamentos e do telhado sob responsabilidade da Igreja locatária.

O relato de Juliano traz elementos para que se pensem as formas de acesso à terra urbana e o aprendizado atrelado ao canteiro de obras. Primeiro, tem-se que o terreno foi obtido por meio do Mercado Informal do Solo combinado à lógica da necessidade e à efetivação de troca simples, dado que uma parte do valor cobrado por Pedro foi pago com o cheque caução enquanto o restante do valor foi abatido pela negociação de Dona Maria, que envolveu-se também no acréscimo de área recebido como pagamento pelo trabalho por ele empenhado no canteiro de obras de seu templo. Com isso, tem-se que, além da lógica da necessidade e da mercantilização do solo, outras estratégias são mobilizadas para que a autoconstrução possa se desenvolver em territórios populares - evidenciando, portanto, a relevância das articulações de recursos não monetários neste processo produtivo, que não fundamenta-se apenas no

20. Durante o processo produtivo de sua casa, ele trabalhava como segurança e, durante o dia, atuava no canteiro de obras.



capital acumulado pelas famílias em suas inserções nos mercados formal e informal de trabalho.

Essa análise fundamenta-se também na observação da trajetória de outros moradores da Ocupação Madrinha, em que dinâmicas sociais e políticas emergem e colocam-se junto aos fatores econômicos historicamente relacionados à produção da arquitetura em territórios populares. Isto é, além da importância já reconhecida dos recursos financeiros mobilizados pela família na autoconstrução de seu imóvel, tem-se a relação com o lote como um processo em que destacam-se agentes externos ao núcleo familiar que corroboram para a permanência dessas pessoas no território ocupado. Por exemplo, Felipe, ao intervir na negociação da troca não-monetária que garantiu que Sara e Túlio obtivessem um terreno para sua casa e não fazê-lo durante o conflito do casal com Machado, explicita a existência de dinâmicas políticas que incidem sobre a produção do espaço, pois ele reconheceu a *necessidade* do casal, mas não a defendeu frente a uma pessoa capaz de agenciar uma rede de apoiadores sob a qual a sua se sucumbiria, mas o fez junto a sua própria rede de contatos, com os quais pôde articular a entrada do casal no território. Neste caso, tem-se que Felipe mobilizou seus recursos não monetários em prol de Sara e Túlio, o que contribuiu para que sua legitimidade no território fosse menos prejudicada pelo conflito com Machado. Trata-se, portanto, de uma atuação que objetiva a sua

própria manutenção no território, mas há casos em que a influência de dinâmicas sociais e políticas sobre a produção do espaço alcança o nível da organização da própria comunidade, à exemplo da atuação de Dona Maria junto à Juliana.

Ao interceder pelo recém-chegado desconhecido, a senhora se justificou dizendo que o fez porque ele *parecia gente fina*, ao contrário de Pedro. Ao reconhecê-la como uma liderança do território, essa ação torna-se parte de sua atuação pela *organização* da comunidade, que é expressada pela forma daquele espaço urbano - parcelamento do solo, vias, infraestruturas -, e pela composição da população local, que precisa ser gerida para que as pessoas que a compõem tenham (ou sejam convencidas a ter) uma perspectiva de permanência e atuação no território que esteja alinhada às necessidades de manutenção daquela comunidade e, portanto, à manutenção de suas próprias lideranças. Ou seja, agir em defesa de Juliana garantiu a permanência de uma pessoa que *parecia* ser alguém que poderia se tornar um recurso da própria comunidade - o que foi confirmado por sua atuação território, pois ele se tornou um agente importante para a resolução de conflitos diários da ocupação e um dos principais interlocutores dos moradores junto ao Estado<sup>21</sup> - e contribuir com a manutenção da liderança de Dona Maria, posto que sua legitimidade no território foi evidenciada a Juliana, que estava inseguro sobre sua entrada na ocupação, mas viu na senhora uma

21. Neste caso, representado pelo movimento social e pela universidade (Coletivo Caetés).

agente que poderia fazer parte de sua rede de apoiadores. Em uma relação mútua, ele também tornou-se parte dos recursos não-monetários passíveis de mobilização por Dona Maria, como ficou claro durante a reconstrução do templo.

Em segundo lugar, no que tange ao aprendizado no canteiro de obras, vê-se que o processo produtivo da casa de Juliano foi iniciado com os conhecimentos por ele obtidos em vídeos disponíveis no YouTube, evidenciando uma transformação no compartilhamento do saber popular no âmbito da construção civil, quando comparado aos processos descritos por Sérgio Ferro na análise da produção da casa popular. Escrito em 1969, o texto “A produção da casa no Brasil” descreve o “empilhar de tijolos” (FERRO, 1969, p.61) como a principal técnica construtiva apropriada por uma população empobrecida, que se vale do conhecimento popular, amplamente difundido, para conduzir um processo construtivo adequado à pequena poupança familiar que, por isso, ordena-se no uso racional dos materiais, já que não há possibilidade de desperdícios. Em Ferro, a difusão da alvenaria é possibilitada pela construção coletiva do conhecimento dentro do canteiro de obras, em que trabalhadores mais ou menos capacitados se reúnem para a produção da casa e, neste trabalho coletivo, apropriam-se das técnicas utilizadas por seus pares. Juliano, por sua vez, não tem no canteiro de obras seu primeiro contato com a construção civil, de modo que

não reconhece nesse espaço o início de seu aprendizado com os ofícios de pedreiro - o YouTube é que aparece neste lugar. A presença de trabalhadores da construção civil nessa e em outras plataformas de vídeo faz com que as técnicas sejam difundidas para além das fronteiras dos territórios em que elas foram inicialmente produzidas (e gravadas), possibilitando uma troca de conhecimento entre trabalhadores de diversas regiões do Brasil, que apropriam-se dos recursos, repertórios e estratégias assistidos e buscam mobilizá-los em seus próprios processos de autoconstrução.

### **José e Lourdes**

Seu Zé e Lourdes casaram-se no Nordeste e vieram para São Paulo em 2001, com seus quatro filhos. Nesse momento, José tinha 35 anos, Lourdes tinha 36 e o filho mais novo, menos de um<sup>22</sup>. Durante os três primeiros meses no Sudeste, a família morou na casa de uma irmã de seu Zé, na Favela Tupi, Zona Sul de São Paulo. Depois de um desentendimento entre a dona da casa e sua cunhada, os seis se mudaram para um barraco na mesma viela, alugado de uma mulher chamada Ivana. O imóvel disponível para locação no Mercado Informal do Solo consistia em um salão de madeirite sem banheiro, que poderia servir de abrigo para toda a família, mas que só se tornou moradia do casal e seus dois filhos homens, porque suas filhas se aproxi-

22. O menino foi adotado pelo casal quando ainda era recém-nascido. Sobrinho de Lourdes, seria abandonado por sua mãe na maternidade, mas a tia entrevistou e tornou-se responsável por sua criação.

maram das filhas da locadora e pediram para que todas ficassem na mesma casa. Como não havia banheiro no barraco, a família ficava dependente do banheiro da casa da frente, dinâmica difícil de ser mantida por um longo período de tempo, como apontado por Lourdes. Procurando mais conforto para a família, eles se mudaram novamente, dessa vez para um barraco de alvenaria na mesma comunidade, com banheiro e um cômodo maior em que todos poderiam se acomodar - ali ficaram por quase um ano. Nessa época, Lourdes trabalhava como empregada doméstica em *casas de família*, enquanto José começava sua rede de contatos em São Paulo, dando continuidade ao ofício de pedreiro que foi iniciado na Paraíba, terra natal do casal. Antes de migrarem, ele dividia sua força de trabalho entre a *roça* e os canteiros de obras nos quais iniciou sua atuação; Lourdes, por sua vez, ajudava na limpeza e na cozinha de um hotel da cidade, trabalho que realizou desde a infância.

O primeiro contato da família com o território em que hoje residem aconteceu antes do início da ocupação, quando foi finalizada a obra de um dos equipamentos públicos implantados em áreas desapropriadas da matrícula original do terreno. O contato foi possível porque Seu Zé é amigo do encarregado da obra, que o informou da existência de uma área vazia atrás dos muros do equipamento e o orientou a construir ali sua casa e organizar uma grande horta, já que cuidar

da terra parecia ser uma das paixões do amigo. Apesar da sugestão, José se opôs à possibilidade da *invasão* e continuou *no aluguel*, já que os R\$200 acordados com o proprietário eram pagos com o dinheiro recebido por seu trabalho junto a uma arquiteta responsável por várias obras em São Paulo - o que garantia não só o recebimento dos pagamentos por empreitada, mas também a perspectiva de continuidade no ramo, já que haviam outros canteiros em que seu trabalho poderia ser empenhado após a finalização de uma das obras.

O valor reduzido do aluguel é fruto da estratégia adotada pelo casal para viabilizar uma moradia digna para a família, que combinou o pagamento dos R\$200 com o trabalho empenhado por ambos ao proprietário, que possuía um cortiço no qual Lourdes era responsável pela limpeza e seu Zé, pela manutenção do espaço. O acordo possibilitava que a família residisse em uma casa de alvenaria, com acesso à água e energia elétrica, onde o despejo não aparecia como uma ameaça, pois a moradia havia sido acordada com o proprietário, que dependia do trabalho deles para o funcionamento de seu negócio. Assim sendo, tem-se uma estratégia em que o trabalho do casal intermediava a relação deles com o locatário do imóvel, que era também patrão de ambos, conformando, portanto, uma estratégia em que o trabalho empenhado por José e Lourdes era pago com o abatimento de uma parcela do aluguel do imóvel em que a família residia - essa dinâmica indica

que as relações de poder em territórios populares são menos hierárquicas do que o vínculo locador/locatário e/ou patrão/trabalhador aparenta ser. Com isso, eles mantiveram-se afastados da perspectiva de um despejo violento durante o período que ali residiram, ameaça cujo enfrentamento está no cerne da organização dos territórios populares.

O cenário da família foi alterado algumas semanas depois da conversa sobre a invasão, pois José perdeu seu emprego junto à arquiteta e passou a fazer *bicos* com a rede de contatos construída ao longo dos 13 anos que já haviam se completado em São Paulo. Quando o aluguel já estava atrasado há três meses e a *comida começou a faltar*, ele conseguiu um *bico* em Santana, por indicação de um cunhado que havia acabado de começar a trabalhar em uma obra. Tratava-se de um prédio comercial cuja construção já estava em andamento quando os 20 pedreiros - entre eles, seu Zé - foram contratados para dar continuidade ao trabalho de uma equipe que havia sido dispensada porque o mestre de obras mostrou-se insatisfeito com o trabalho empenhado pelos contratados pelo *gato*<sup>23</sup>.

O conflito instaurado no canteiro de obras pela demissão dos trabalhadores foi sucedido pela surpresa do *gato* em relação ao trabalho de seu Zé, que o desempenhou com tamanha agilidade na primeira tarefa atribuída a ele - rebocar as paredes do segundo andar -, que, após dois

dias, foi direcionado para a construção das divisórias de alvenaria do térreo. Chegando lá, José encontrou o lugar mais vazio do que esperava, porque outro grupo de pedreiros, incluindo seu cunhado, havia sido demitido após terem construído paredes *sem prumo*. A recorrência do conflito entre o encarregado pela obra e os demais trabalhadores do canteiro fez com que José mobilizasse seu repertório para tentar garantir que sua atuação no canteiro tivesse um fim diferente daquele imposto a seus pares. Estrategicamente, ele desconsiderou o prumo das primeiras fiadas e, partindo de sua própria medição, *levantou* as paredes. No meio da tarde, o mestre de obras vistoriou seu trabalho e reconheceu que, *finalmente*, as paredes *estavam no prumo*, diferenciando José, o *pedreiro de verdade*, dos demais trabalhadores. Com um sorriso tímido no rosto, ele completou dizendo “foi ele que disse, né?”.

A possibilidade deste trabalho surgiu em um momento importante, mas o pedreiro só o aceitou depois de conversar com o mestre de obras e o empreiteiro, que foram informados sobre a condição financeira da família e concordaram que, cumprindo um prazo de sete dias, iriam *registrar* o funcionário, que receberia também um vale transporte para os dias trabalhados. A partir da semana seguinte, seu Zé passou a cobrá-los diariamente, porque estava emprestando dinheiro para ir trabalhar, já que nem sequer o vale transporte prometido estava sendo pago. Após 22 dias desde seu

23. Sinônimo de empreiteiro.

início na obra, ainda sem o dinheiro para o transporte ou a carteira assinada, ele pediu demissão, mas o mestre de obras não aceitou sua saída. Muito irritado, ele prometeu que, se não recebesse pelo trabalho realizado e sua demissão não fosse aceita, tudo o que ele construísse a partir daquele momento seria *errado e torto*. O trabalhador que outrora mobilizou seu repertório naquele processo construtivo passou a ameaçar destruir o produto de seu próprio trabalho, pois a ameaça à obra apresentava-se como uma forma de pressão (uma estratégia) para que suas reivindicações fossem atendidas. Os superiores não sucumbiram à intimação do trabalhador, que dedicou-se, então, à construção das aberturas de luz do segundo andar, produzidas sem qualquer amarração entre as fiadas ou no encontro das paredes. A vistoria do mestre de obras identificou que as paredes estavam *dançando* e seu Zé foi chamado para justificar a execução do trabalho; entretanto, diante da resposta de que fez *o que quis*, seus superiores aceitaram negociar suas reivindicações. Os produtos do trabalho de José foram, então, quantificados e acordou-se que ele receberia R\$2800 pelo que foi medido de sua produção no canteiro de obras. Durante o trajeto de volta para sua casa, ele recebeu a ligação de um antigo amigo, também pedreiro, que o chamou para trabalhar na reforma de uma casa que iria começar naquela semana. Assim, José voltou rapidamente para o canteiro de obras e, com os R\$4000 que recebeu de sinal<sup>24</sup> somado ao pagamento pelos 22 dias do último trabalho, ele e a esposa

pagaram os meses de aluguel atrasados. Entretanto, a instabilidade dos *bicos* fez com que o casal discutisse a possibilidade de se mudar para o terreno indicado pelo amigo de José, onde a Ocupação Madrinha já havia começado a estabelecer-se.

A entrada foi organizada por Lourdes e Joana, uma vizinha que era sua amiga. Como elas moravam em um bairro próximo à ocupação, já haviam ouvido rumores de que o terreno havia sido *invadido* e alguns canteiros, iniciados. Ao subir as vias que levam à ocupação, as mulheres conversaram com os moradores dos primeiros barracos que encontraram - entre eles, Felipe, que havia mediado a entrada de Sara e Túlio -, para os quais *pediram* um terreno. A resposta recebida foi a mesma relatada por Sara: elas deveriam escolher um lote, dentre os que não estavam cercados, e demarcá-lo. Como não haviam terrenos disponíveis na entrada da ocupação, elas escolheram um terreno mais próximo da pracinha e cercaram uma grande área, que seria dividida entre elas - garantindo a manutenção de sua relação de vizinhança, elemento importante para que ambas continuassem como parte dos recursos passíveis de mobilização pela outra.

A parte de Lourdes foi novamente dividida, a fim de que um dos filhos do casal, Lucas, tivesse espaço para a construção de seu barraco de madeira ao lado do imóvel de alvenaria dos pais. Posteriormente, uma de

24. Essa forma de pagamento também apareceu na conversa com um entrevistado haitiano, que esclareceu que o pagamento feito ao trabalho contratado na forma de empreitada segue a seguinte norma: 50% do valor do orçamento é pago antes do início da obra, 25% são pagos antes dos revestimentos serem aplicados e os 25% restantes, quando a construção é finalizada.

suas filhas, Flávia, foi vítima de violência doméstica e se *separou* do marido. Diante da situação de vulnerabilidade da filha, Lourdes dividiu mais uma vez sua metade do lote, ao oferecer seu quintal para que a filha construísse sua moradia. Durante a conversa, a mãe explicou que sua motivação para a escolha daquele lote havia sido a garantia da possibilidade de que seus filhos *tivessem para onde ir, se precisassem*. Assim sendo, a situação de violência fez com que a filha acionasse os pais, parte de sua rede de apoiadores (recursos não monetários), que não só deram espaço para a construção da sua casa, como também responsabilizaram-se pela construção do imóvel, da qual se ocuparam seu Zé e Lucas.

Joana, a amiga de Lourdes, não se mudou para a ocupação porque não pôde mobilizar recursos para dar início a autoconstrução de sua moradia - nem monetários, para a compra de materiais de construção e a contratação de mão de obra informal, nem não-monetários, pois sua rede de apoio era composta pelo esposo, um homem alcoólatra, e seu filho, um *molecote*, que não poderiam empenhar sua força de trabalho no canteiro de obras -, de modo que a venda do terreno mostrou-se como uma estratégia melhor para que a família pagasse alguns meses de aluguel e garantisse sua reprodução social. A história dela evidencia que a necessidade de inserir-se em um território popular não é suficiente para o estabelecimento da família naquele espaço. A necessidade levou-a à ocupação, onde ela *pediu* e

obteve um lote em que a casa de sua família poderia ter sido implantada. Entretanto, a concretização desta demanda exige a mobilização de recursos monetários e não-monetários que ela não pôde articular, pois a renda familiar diminuta somou-se à impossibilidade de que seu esposo e seu filho trabalhassem no canteiro de obras - e talvez eles sejam os únicos de sua rede de apoio que poderiam realizar este trabalho sem contrapartida monetária. Dentre as conversas realizadas com os interlocutores estabelecidos no território, Joana foi a única pessoa cuja fragilidade familiar impediu que a Ocupação Madrinha se tornasse sua casa, o que talvez ajude a entender porque as mulheres são maioria no déficit habitacional brasileiro, estatística em que estão representadas as mulheres que combinam trabalho reprodutivo e produtivo e, muitas vezes, não conseguem arcar com os custos da moradia (LACERDA; GUERREIRO; SANTORO, 2021) ou mobilizar recursos que levem-nas da condição de locatárias para a de “proprietárias” de moradias autoconstruídas.

A comparação entre a vivência de Joana e Flávia, filha de Lourdes, reitera que a mobilização de recursos monetários é tão importante quanto a mobilização de recursos não-monetários para o estabelecimento das mulheres em territórios populares. Ao contrário de Joana, Flávia pôde acionar recursos (não apenas financeiros) para a autoconstrução de sua casa, mesmo que caracterize-se como uma mãe-solo. Foi o contato com

familiares (homens) que garantiu a força de trabalho necessária para que o imóvel de madeira em que ela agora reside com o filho se tornasse uma realidade - apesar de compartilhar com Joana a necessidade de residir em um local sem o ônus do aluguel. Isso posto, tem-se que, mesmo que ambas empenhassem suas reservas financeiras na compra de materiais de construção, o pagamento de trabalhadores informalmente contratados para o canteiro de obras elevaria o custo da autoconstrução da moradia, o que dificulta o estabelecimento de mulheres em situação de vulnerabilidade em territórios populares. Assim sendo, a venda do lote obtido pela lógica necessidade - ou seja, a realização do potencial de reserva monetária por ele representado -, apresenta-se como uma estratégia de sobrevivência possível para aquelas que, sozinhas, tentam garantir a reprodução social de suas famílias.

O imóvel de Lourdes e José foi construído com o que sobrou dos pagamentos recebidos pelo marido após as dívidas do casal terem sido pagas. O filho, Lucas, também trabalhou no canteiro, exercendo o ofício de ajudante de pedreiro que aprendeu com o pai - entretanto, diferente dele, que sabe *construir a casa da fundação até o fim*, especializou-se no reboco de alvenaria. O filho mais novo dos dois empilhou ali suas primeiras fiadas de bloco, mas não continuou na construção civil e, atualmente, trabalha como garçom e pizzaiolo, profissão que aprendeu em um curso do SENAC. O mesmo trio construiu a casa

de madeirite de Lucas e todos se mudaram juntos para a Madrinha. O filho mais novo não morou ali por muito tempo, porque ainda estava na escola quando a família entrou na ocupação e a rotina de trabalhador e estudante do período noturno estava em descompasso com o local de moradia da família, cujo acesso no período noturno é dificultado. Por isso, os pais concordaram em ajudá-lo a pagar o aluguel que ele dividiu com mais dois amigos do trabalho, enquanto ele ainda estava na escola - agora, com dois empregos, sua renda parece ser suficiente para garantir sua própria sobrevivência.

A casa em que Lourdes e José residem era integralmente construída em alvenaria, com fundações feitas por múltiplas camadas de pedra e concreto, sobre a qual apoiam-se as colunas posicionadas nos cantos das paredes. Trata-se de um imóvel que conta com uma pequena sala, um banheiro, a cozinha e o quarto do casal. A porta, no meio da parede da cozinha para o quintal, abre para um espaço de terra batida, no qual ergue-se um grande abacateiro, plantado pelo casal em 2016, quando eles entraram na ocupação. Dali, se vê o barraco de madeirite da filha e também, separado por um muro lateral, o barraco do filho. A sala é o primeiro ambiente com o qual se tem contato ao entrar no imóvel e, atualmente, é constituída por paredes de madeirite.

A mudança da alvenaria para a madeira foi motivada pela ação de reintegração de posse da ocupação do terreno de Gustavo, que demoliu parcial ou integralmente o imóvel

de treze famílias da Ocupação Madrinha, entre elas, a de José e Lourdes. Ao lado da sala ficava um bar, construído após a entrada na comunidade, onde vendia-se algumas bebidas alcoólicas e diversos pratos preparados por Lourdes, cozinheira reconhecida, *de mão cheia*. Tanto a sala quanto o boteco foram demolidos durante a ação de reintegração de posse e o medo de uma nova experiência desse tipo fez com que eles reconstruíssem, com madeirite, apenas a sala, que teve dois metros de redução para que o imóvel se afastasse dos limites da matrícula do terreno - estratégia adotada coletivamente, a fim de que os moradores estivessem mais protegidos caso o terreno de Gustavo fosse novamente ocupado e submetido a uma remoção.

A experiência violenta também motivou a mudança estratégica da técnica construtiva do cômodo reconstruído e a inexistência de acabamentos da casa, cujos tijolos empilhados e a massa que os une apresentam-se integralmente aos olhos do observador. Isso porque o casal reconheceu que a reprodução social da família teria mais segurança se seus recursos financeiros fossem reservados até que a posse da terra seja reconhecida pelo processo de *usucampeão* aberto pelo movimento social, pois não estaria imobilizado na obra finalizada e garantiria, portanto, o ingresso em outra ocupação, caso a comunidade seja submetida à uma ação de reintegração de posse.

Como se vê, a trajetória da família de Lourdes e José é transpassada pela atuação dele na construção civil, pois

foram os arranjos feitos com seus recursos e repertórios de canteiro que articularam a permanência da família na Ocupação Madrinha. Isso porque foi neste território que ele autoconstruiu sua primeira moradia em São Paulo e também onde deu início ao compartilhamento dos conhecimentos de seu ofício com os dois filhos, o que possibilitou que os três imóveis da família fossem autoconstruídos pelos três homens.

Além disso, sua trajetória de trabalhador da construção civil tornou-o um recurso importante da comunidade, posto que os moradores o acionam sempre que necessário - seja para realizar algum reparo em seus imóveis, seja para atuar na construção e/ou expansão deles -, o que contribuiu para que ele se tornasse uma figura legitimada no território. Além de ter seu trabalho reconhecido, José é lembrado pelos moradores por sua *bondade*, já que ele cobra menos (ou não cobra) pelos trabalhos que realiza para seus vizinhos, pois entende que muitos deles *passam necessidade* e seu trabalho pode contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias que residem no mesmo território que a sua. Essa forma de atuação fez com que seu Zé fosse reconhecido como *o faz tudo da ocupação*, tornando-o um agente que é acionado sempre que surgem problemas nas edificações da comunidade ou nas ocasiões em que os moradores se organizam para trabalhar no canteiro de algum equipamento coletivo - como o barracão e a horta. Além de poder mobilizar sua própria força de



trabalho no canteiro autoconstruído e capacitar mais dois trabalhadores para a autoconstrução dos imóveis, José, frente à violenta derrubada de parte de seu imóvel, reconheceu nesta experiência recente um acontecimento que poderia se repetir e, por isso, mobilizou seu repertório profissional e defendeu a reconstrução da sala em madeira e a paralisação do processo construtivo da casa, que não chegou aos acabamentos, conformando uma estratégia centrada em seu repertório na construção civil. Desta forma, ele garantiu que sua família continuasse residindo na Ocupação Madrinha, mas essa permanência não imobilizou todo o capital por eles acumulado, o que permite a inserção em outro território popular, caso a comunidade seja removida.

Como a legitimidade de José no território é associada a sua atuação no ramo da construção civil, tem-se nele uma liderança que se distingue das demais porque é reconhecida como tal por sua influência na produção do espaço urbano da ocupação - caracterizando-se, portanto, como uma liderança funcional, não discursiva/gerencial como as demais. A compreensão de que as lideranças são assim conformadas em virtude dos recursos e repertórios que podem ser mobilizados por elas na elaboração de estratégias em defesa da comunidade, reitera o argumento de que os territórios populares contemporâneos são articulados por uma constelação de lideranças, que coexistem em um arranjo de hegemonia compartilhada (PIETRO; VERDI, 2023).

Nesta, emergem os agentes que, diante de uma situação particular, podem mobilizar os recursos e repertórios necessários para o desenvolvimento de uma estratégia específica para o enfrentamento do conflito que está posto.

Exemplo dessa correlação de agentes, e da proeminência da liderança de José no que tange à produção do espaço da Ocupação Madrinha, foi a construção do barracão da comunidade. Este processo produtivo havia sido organizado pelo movimento social e as lideranças da comunidade (que compartilham hegemonia), que organizaram um mutirão que não teve adesão dos moradores para que se desenvolvesse no formato esperado e, diante deste impasse, José foi o agente que liderou uma mudança no processo construtivo proposto, que passou a organizar-se em grupos de empreitada dedicados a cada uma das etapas definidas pelo pedreiro. Desta forma, os poucos moradores mobilizados pela construção do equipamento coletivo puderam dar continuidade à obra e produzir o barracão que agora foi apropriado pela comunidade, que realiza assembleias e eventos - comunitários e familiares - naquele espaço.

### **Renata**

Apesar de sua atuação ser distinta da de José, Renata também é um agente cuja presença no território é marcada por sua influência na produção da arquitetura

que ali se desenvolve. Os moradores a reconhecem como uma das primeiras residentes da Madrinha, mas sua entrada difere daquela vistas até aqui - muito vinculadas à lógica da necessidade - pois Renata e o marido, Davi, são conhecidos por serem *donos* de vários terrenos fora da ocupação e terem conseguido um grande lote assim que chegaram ao território. Este, foi obtido seguindo a mesma dinâmica dos moradores que entraram na comunidade por intermédio de Felipe: cercar um lote entre aqueles que estavam disponíveis, sem contrapartida monetária (ver Capítulo 1). Apesar de terem entrado da mesma forma que outros moradores, Renata e o marido foram um dos primeiros a fazê-lo, o que possibilitou que o terreno por eles escolhido abarcasse uma metragem muito superior aos demais<sup>25</sup>. Neste, foram construídos dois tipos de imóveis: alguns de alvenaria, que tornaram-se moradia do casal e também de familiares que se mudaram para a Madrinha, e outros de madeira, produzidos para serem disponibilizados para locação no Mercado Informal do Solo - durante o processo produtivo dos imóveis de madeira, a força de trabalho da mulher foi a única empenhada no canteiro.

Utilizar a madeira como técnica construtiva dos barracos disponíveis para locação foi uma estratégia utilizada por Renata para que sua própria força de trabalho fosse suficiente para a construção destes imóveis, de modo que a contratação do pedreiro para atuar junto à ela no canteiro de obras tornou-se necessária apenas na

produção daqueles feitos em alvenaria. A utilização da madeira como adequação da técnica à força de trabalho disponível para o processo produtivo dos imóveis relaciona-se também com o baixo custo dos aluguéis cobrados por ela, que se aproximam dos trezentos reais e figuram como os mais reduzidos da ocupação.

Neste cenário, tem-se uma articulação entre a lógica da necessidade e o Mercado Informal do Solo, posto que Renata agencia a terra conquistada sem contrapartida monetária para a autoconstrução dos imóveis de madeira disponibilizados para locação. A priori, a entrada do casal na ocupação não parece estar vinculada à lógica da necessidade descrita por Abramo, pois eles já possuíam outros imóveis fora da Madrinha - mesmo que, talvez, eles também estejam localizados em territórios populares. Entretanto, a permanência deles na comunidade depende da locação dessas moradias, já que elas compõem parte considerável da renda familiar. Assim sendo, pode-se compreender que a necessidade de inserir-se em um território popular se resume à conquista de uma moradia, mas também ao acesso à formas de obtenção de renda que são estruturadas pela existência de mercados que encontram, nessas localidades, possibilidades de desenvolver-se - como o Mercado Informal do Solo.

A casa de Renata combina alvenaria e madeira e possui um recuo frontal, assim como os imóveis de seus vizi-

25. Como já dito anteriormente, no momento da escolha do lote, os recém-chegados não recebiam nenhuma orientação quanto ao tamanho ou ao número de terrenos que poderiam ser apropriados pelas famílias.

nhos, que o utilizam como estacionamento dos carros das famílias. No caso dela, esta área é ocupada por incontáveis plantas em vasos e canteiros, que espalham-se também para o outro lado da rua - área pertencente ao terreno de Gustavo. Apesar da coexistência dos imóveis de alvenaria, nos quais residem os membros da família, e os de madeira, locados por terceiros, os moradores da Madrinha afirmam que a documentação por ela apresentada para a ação de usucapião reconhece apenas seus familiares como moradores dos imóveis, na tentativa de concentrar a provisão habitacional possibilitada pela regularização fundiária entre os membros de sua família. Desta forma, Renata adotou duas estratégias associadas aos imóveis de madeira: a locação, que garante a renda necessária para reprodução social da família; e a reivindicação, frente ao Estado, de que esses imóveis continuem sob sua posse, com expectativa de continuidade da extração de renda da terra, mesmo que a ação de usucapião preveja o reconhecimento daqueles que residem no imóvel - neste caso, os locatários.

Os moradores se referem a ela como *esperta e empreendedora*, dado o tamanho do lote sob sua posse e o negócio que ela estabeleceu com a construção de moradias para aluguel. Em diversas conversas, os moradores pautaram seu desconforto com o *negócio* de Renata, pois defendem que a comunidade seja composta por pessoas que *precisam* de um lugar para autoconstruir suas casas e reconhecem nela uma pessoa que vê no território um espaço para operar de forma rentista, incrementando a renda fami-

liar. Entretanto, essas reclamações são ponderadas pelos trabalhos prestados por Renata para a comunidade, já que ela costuma retirar o lixo acumulado na entrada da ocupação - nas proximidades de seu terreno - e fazer o plantio de árvores que embelezam o local e dificultam novos acúmulos de resíduos, de modo que sua atuação *pelo bem da comunidade* contrabalanceia às críticas feitas ao seu empreendimento.

A relação de Renata com a comunidade difere da relação estabelecida pelas lideranças, que gerem os processos comunitários de organização e produção de espaços coletivos, pois seus recursos, financeiros ou não, só são mobilizados quando solicitados pelos demais moradores - a exemplo do mutirão de construção do barracão, para o qual ela só doou os materiais necessários quando solicitada pelos mutirantes. Além da locação de imóveis de madeira, Renata realiza trocas simples e vendas de materiais de construção em pequenas quantidades, pois seu marido trabalha no ramo da construção civil, apesar de seu ofício não ser claro para os moradores da Madrinha. A única evidência de sua relação com a construção civil é a presença da picape de Davi, sempre estacionada próxima ao seu terreno, na qual foram afixados adesivos divulgando os serviços de carreto e de trabalhos vinculados ao canteiro, como elétrica e hidráulica.

Apesar de Renata não liderar os processos de produção comunitária do espaço da Madrinha, ela é uma agente

que, quando acionada, mobiliza seus próprios recursos (não apenas financeiros) para a comunidade, o que caracteriza-a como um recurso importante para as estratégias adotadas em defesa da permanência no território ocupado. Essa forma de atuação contribui para que sua presença seja legitimada no território e, como evidenciado pelas conversas realizadas com outros moradores, é um fator importante para a ponderação da opinião geral sobre sua atuação rentista. Entretanto, é válido contrapor a forma de atuação de Renata e dos agentes (homens) nos processos produtivos dos equipamentos comunitários da ocupação. Apesar dela estar envolvida cotidianamente na construção civil e mobilizar sua própria força de trabalho nos canteiros abertos no terreno de sua família, Renata não é acionada para atuar ativamente nesses processos produtivos, mas espera-se dela a contribuição com materiais e recursos financeiros que viabilizem a construção. Dos homens acionados pelas lideranças, ao contrário, espera-se o empenho da força de trabalho no canteiro de obras, mesmo que sejam pessoas de ofícios diversos, cujo vínculo com a construção civil resume-se à poucas experiências - como a autoconstrução de sua própria moradia e de pessoas próximas. Espera-se, portanto, que Renata contribua passivamente com os canteiros de obras de espaços comunitários, ao passo que os homens, mesmo aqueles sem experiência, são acionados para a construção coletiva destes imóveis, o que evidencia os conflitos de gênero experienciados por grande parte das mulheres inseridas no ramo da construção civil.

No que tange aos imóveis disponibilizados por Renata para locação no Mercado Informal do Solo, a pesquisa de campo indicou que a quantidade deles é variável - pois alguns são demolidos após a saída de um locatário e/ou novos processos construtivos são iniciados - e as famílias que ali residem não costumam permanecer no território por longos períodos, de modo que há uma grande rotatividade entre os moradores. Assim sendo, os interlocutores estabelecidos no território não souberam informar quantos locatários residem no terreno de Renata, nem quem são eles. O pouco tempo em que residem na comunidade faz com que essas pessoas não estabeleçam laços profundos com os demais moradores, o que dificulta a instrução de que eles, na condição de locatários, é que têm direito à provisão habitacional possibilitada pela ação de usucapião coletiva que foi aberta. Neste contexto, a casa de Renata torna-se mercadoria de duas formas: por seu valor de uso, reconhecido pela ação em que foi apresentada a documentação dos familiares que supostamente residem no local e teriam direito à regularização fundiária; e por seu valor de troca, explorado na locação dos imóveis.

Todavia, é válido destacar que, apesar da *esperteza* da mulher, o movimento social que deu início à ação de usucapião coletiva sabe que a documentação apresentada não diz respeito aos moradores dos imóveis de madeira implantados no terreno de Renata, mas

atestam que haverá uma conferência desses dados caso a usucapião seja concedida e, neste caso, os locatários serão beneficiados. Entretanto, dada a rotatividade dessas famílias, os residentes atuais podem não ser aqueles que estarão presentes no território quando o processo estiver próximo do fim, já que a previsão é que ele se prolongue pela próxima década, motivo pelo qual o conflito entre a “proprietária” do terreno e os locatários foi postergado.

### **Dona Maria**

Dona Maria é liderança da comunidade Freire, localizada na Zona Sul de São Paulo, onde a COHAB já construiu edifícios para provisão habitacional. Neste território, ela é uma das responsáveis pela associação de moradores que intermedia a relação entre o Estado e a comunidade, garantindo o acesso ao Programa Viva Leite e a ações junto à assistência social. Sua relação com a ocupação Madrinha foi estabelecida em duas vertentes: familiar e política. Esta última é apresentada como a principal motivação para sua entrada no território e materializa-se na produção do espaço, enquanto a primeira legitimou seu estabelecimento no local.

Dona Maria é militante de um partido político e, por isso, participou de uma reunião de subprefeitos e militantes da Zona Sul, na qual um dos subprefeitos presentes reconheceu o início de uma ocupação sem

vínculo com movimentos sociais e/ou partidos políticos, onde existiam problemas políticos, sanitários e ambientais que o levaram a caracterizar o território como uma baderna. A fala do subprefeito resumia um território em que a inexistência de uma organização centralizada expressava-se pela produção *desorganizada* do espaço, caracterizado por vielas sinuosas cujos traçados foram definidos após o cercamento de lotes de tamanhos diversos, ausência de fossas sépticas e presença de árvores que estavam sendo derrubadas para a autoconstrução das moradias.

Durante a reunião, o subprefeito mencionou o interesse de que alguns militantes passassem a atuar no local, onde deveriam contribuir com a *organização* da ocupação e orientar os moradores a não derrubar as árvores, já que isso poderia levar a conflitos com a polícia ambiental. Nas conversas realizadas durante a pesquisa de campo, Dona Maria afirmou que reconheceu sua experiência com a Associação de Moradores da Freire como algo que poderia ser útil para a ocupação recém formada - já que ela poderia acessar sua rede de apoiadores e mobilizar sua experiência (recursos não monetários) para este território - e, por isso, disponibilizou-se para atuar no local. Por ser uma ocupação recente, descrita como uma espaço de *baderna*, ela foi a única militante que demonstrou interesse em entrar no território e, diante da surpresa causada por sua fala, afirmou que *graças a Deus*, poderia atuar ali porque *não tinha medo de nada*.

Dona Maria passou, então, a frequentar o território, ajudando na organização da comunidade e auxiliando-os a estruturar as fossas. Ao mesmo tempo, a liderança responsável pela obtenção dos *gatos* de água e luz, Alice, estava deixando a ocupação, pois vários moradores reclamaram dos recursos financeiros por ela solicitados para a instalação dessas redes de infraestrutura. Sara, que já residia na Madrinha nesse momento, conta que Alice *sempre pedia dinheiro* para os *gatos* e vários moradores fizeram o pagamento durante vários meses, ao invés de fazer uma contribuição única para a obtenção dos recursos financeiros necessários para a efetuação da instalação. A coincidência da saída dessa liderança e da entrada de Dona Maria fez com que ela ganhasse espaço no território. Entretanto, alguns moradores não mostraram-se satisfeitos com a atuação de alguém *de fora* na comunidade e uma pessoa, Lia, acionou os *irmãos* para mediar o conflito. Na iminência da ocorrência de um *debate*, moradores que apoiavam a atuação de Dona Maria fizeram um abaixo-assinado para que ela continuasse na comunidade, o que foi levado para a reunião, realizada dentro da Ocupação Madrinha. Nesta, um dos interlocutores do crime foi reconhecido por Dona Maria como um amigo de seus filhos e a conversa terminou favorável à senhora, cuja liderança foi legitimada pelos *irmãos*, que se ofereceram para mediar problemas futuros com a segurança do local. Apesar do apoio demonstrado, ela afirmou que não precisaria dos seguranças porque *o pessoal da ocupação era tranquilo*, mas o canal de contato permaneceu aberto.

Como se vê, Dona Maria já atuava no território antes de passar a residir no local. Entretanto, é válido destacar que seu interesse em atuar politicamente na ocupação não foi apresentado aos moradores desde o início, pois a justificativa para sua presença foi ancorada em sua atuação religiosa, enquanto a vertente política foi construída ao longo de diversas conversas com os moradores, para os quais ela falava sobre a importância de terem uma associação de moradores na comunidade - o que justificaria sua atuação, posto que seu repertório poderia ser mobilizado para a organização de uma associação para a Madrinha. Neste movimento, Dona Maria contribuiu para que fosse criada a necessidade da existência de uma organização desse tipo no território e colocou-se como um agente que poderia ser acionado para mediar a relação entre os moradores e o Estado - assumindo, portanto, o papel primordialmente apresentado no encontro das lideranças políticas e comunitárias da Zona Sul.

Apesar das articulações políticas feitas para justificar sua presença no território, a legitimação de seu estabelecimento no local vincula-se à relação dela e do marido, Gênesis, do qual estava *separada* neste momento da militância. Os dois moravam juntos na Comunidade Freire, mas, diante de um desentendimento, ele saiu de casa e ela não teve mais notícias dele. O reencontro aconteceu na Ocupação Madrinha, para onde ele havia se mudado após a *separação*, e os dois se recon-

ciliaram. A residência de Gênesis, na qual dona Maria se instalou, foi implantada em um terreno comprado por ele, localizado na esquina entre a principal via de acesso à comunidade e a viela limítrofe ao maciço florestal que limita a ocupação. Neste lote, uma equipe de pedreiros informalmente contratados construiu um imóvel que divide-se entre o banheiro e um cômodo, no qual móveis de quarto, sala e cozinha coexistem. A frente da casa era marcada por uma cobertura sob a qual a oficina de Gênesis estava instalada, mas a construção foi demolida durante a reintegração de posse do terreno de Gustavo.

Depois que Dona Maria tornou-se moradora<sup>26</sup> da comunidade, ela e o marido compraram o lote localizado nos fundos da casa deles, onde construíram uma igreja de madeira, sob justificativa de que o território precisava de um templo, já que *o cão estava solto* ali e a edificação fazia-se necessária para que a oração que os *irmãos* da igreja já estavam fazendo na ocupação fosse continuada. Assim como foi feito nas articulações em torno da associação de moradores, Dona Maria criou uma necessidade para o território e, esta, associa-se aos seus próprios interesses em ser legitimada como liderança local, pois trata-se de uma produção do espaço centralizada na figura dela. Este templo é aquele que foi reconstruído em alvenaria por Fabiano e Silvio - o pedreiro por ele contratado -, o que possibilitou que o imóvel fosse locado por uma Igreja Neopentecostal,

de modo que a edificação não só legitima a liderança da senhora, ao colocá-la no centro da organização comunitária e religiosa da Madrinha, como também incrementa a renda do casal, corroborando, portanto, o estabelecimento deles no território.

Atualmente, o local também é utilizado para as atividades da associação de moradores, que ainda é *um braço* daquela fundada na Comunidade Freire, da qual algumas lideranças da Ocupação Madrinha tornaram-se coordenadores para que pudessem acionar apoiadores da associação já estabelecida e organizar eventos em seu próprio território, enquanto planejam a fundação da Associação de Moradores da Madrinha. Este arranjo faz com que a Associação de Moradores da Freire se fortaleça, pois os coordenadores da Madrinha estabelecem novos contatos que, junto a eles mesmos, tornam-se agentes passíveis de mobilização pela organização original. Uma vez que os moradores de ambas as comunidades relacionam-se em virtude da estrutura da associação de moradores, Dona Maria se fortalece como militante e liderança em ambos os territórios, porque participa da organização comunitária dos dois locais e intercede politicamente por ambas frente ao Estado - o que reforça sua atuação como militante frente ao partido político ao qual é filiada.

Ao contrário da casa de Maria e Gênesis, que não possui árvores em seu interior, a Igreja foi construída no entorno

26. Apesar de ser reconhecida como moradora do local, outros agentes do território reconhecem que, na verdade, a senhora possui duas moradias, já que volta semanalmente à comunidade Freire para exercer suas funções na associação de moradores e, nessas ocasiões, fica fora da Madrinha por uns dias.

de uma árvore, ocultada por quatro paredes que, na visão de quem está sentado na assembléia, parece esconder um banheiro. A relação entre a construção dos imóveis e as árvores presentes no local é motivo de diversos conflitos entre os moradores e as lideranças, especialmente Dona Maria. Isso porque ela reconhece a *proteção* das árvores como um dos principais motivos de sua atuação no território, já que a derrubada delas para a abertura dos canteiros de obra foi um dos problemas elencados pelo subprefeito na reunião em que ela tomou conhecimento da ocupação e a importância da preservação delas foi pauta de um curso realizado por ela, no qual lhe foi ensinado que a supressão da vegetação colocaria em risco a permanência da comunidade no local ocupado. Assim, os moradores foram orientados pelas lideranças e pelo movimento social que atua no território a manter as árvores no interior de seus imóveis, garantindo que a presença delas não comprometesse a estrutura construída. Entretanto, eles não receberam instruções técnicas de como fazê-lo e a permanência dessas árvores, cujos galhos caem sempre que alguma ventania assola a comunidade, coloca em risco a vida daqueles que residem sob suas copas. Diante deste impasse - retirar as árvores e cometer um crime ambiental ou mantê-las e colocar em risco a própria vida -, alguns moradores acionam um trabalhador<sup>27</sup> que cobra R\$1500 para cortar cada árvore ou despejam óleo quente em sua base, operação que, realizada sucessivas vezes, apodrece suas raízes e coloca a árvore em risco de queda, situação na qual sua supressão não é compreendida como crime pela Polícia Ambiental.

27. Esse trabalhador faleceu recentemente, durante a supressão de uma árvore em outra ocupação e os moradores ainda estavam procurando outra pessoa apta a realizar este trabalho enquanto a pesquisa de campo foi desenvolvida.

Como se viu, a trajetória de Dona Maria difere da trajetória dos demais moradores porque sua entrada, bem como sua atuação no território, estão vinculadas à militância da senhora. Nesse sentido, sua permanência no território não objetiva garantir uma moradia para sua família, mas sim fortalecer sua rede de apoiadores a partir de sua atuação em um território distinto daquele em que ela já é legitimada. À primeira vista, sua entrada na ocupação aparece como um movimento importante para o partido político ao qual ela é filiada, o que contribuiria para o fortalecimento de sua atuação como militante. Entretanto, é preciso ponderar a imagem aqui formada, pois Dona Maria não milita com o objetivo de tornar-se uma candidata ou para fazer com que seu partido se fortaleça nos territórios em que ela atua - já que ela sequer enfatiza sua filiação. Assim, esse vínculo com o partido, com outras lideranças e mesmo com os agentes das comunidades Freire e Madrinha parecem estar mais vinculados à estratégia de fortalecer sua rede de apoiadores e garantir que a senhora tenha recursos diversos para acionar frente às situações em que ela *se vira* para garantir a sobrevivência da família<sup>28</sup>.

Nesse sentido, a militância de Dona Maria parte da mobilização de seu repertório e de seus recursos políticos e fundamenta-se na produção do espaço - a partir da criação de necessidades comunitárias -, por meio da qual ela é legitimada para atuar como uma liderança que media conflitos entre os moradores e foi

28. Mesmo que seu esposo seja a pessoa mais citada neste texto, alguns filhos, netos e bisnetos residem com ela na casa conquistada na COHAB Freire.



estabelecida como o principal agente no que tange à mediação entre o Estado e a comunidade. A trajetória da senhora evidencia que ela pode ser reconhecida como a agente que possui a maior rede de apoiadores a serem mobilizados como recursos políticos para a Ocupação Madrinha, sejam movimentos sociais, por sua filiação ao partido político, seja o PCC, por sua vivência na Comunidade Freire, ou mesmo o Estado, que já foi acionado por ela em outro território, através do Programa Viva Leite. A possibilidade de mobilização de diferentes agentes é um recurso que embasa uma estratégia para que ela se mantenha nos territórios em que está inserida, pois são estabelecidos diferentes tipos de proteção e articulação, conforme a ameaça - Estado, moradores, crime. Todavia, esses acionamentos podem parecer contraditórios, pois ela não aciona apenas parceiros de confiança, mas uma miríade de contatos instrumentalizados de acordo com cada situação. Por exemplo, em uma de nossas conversas, ela contou que presenciou uma *invasão* do terreno de Gustavo que a deixou com medo porque algumas das pessoas envolvidas estavam armadas, motivo pelo qual ela acionou o capataz do proprietário para comparecer ao local. Este foi responsável por apontar os imóveis que foram alvo daquela reintegração de posse do terreno vizinho (ver capítulo 1) que, injustamente, afetou os moradores da Madrinha. A aparente contradição está no acionamento de um agente que já articulou uma ação violenta contra os vizinhos de Dona Maria para, em

um momento posterior, agir em defesa da comunidade - e, claro, também da propriedade de seu patrão. Assim, tem-se que as redes de apoio são acionadas como uma das estratégias de sobrevivência coletiva, conforme os recursos passíveis de mobilização pelo agente acionado, que apresentam-se como elemento importante para a permanência da comunidade em um momento específico.

Ademais, a influência de Dona Maria na produção do espaço da ocupação evidencia que a autoconstrução não é um processo produtivo que tem como produto apenas a moradia, mas também outros imóveis necessários para a reprodução social da comunidade em diferentes âmbitos, como o boteco de José e Lourdes e, agora, a Igreja/associação de moradores dela. A autoconstrução de imóveis comerciais e religiosos relaciona a produção do espaço em territórios populares com a produção da própria cidade, posto que ambas produzem e são reproduzidas pelas formas de viver de uma população específica. Assim sendo, a existência desses espaços faz parte das estratégias de sobrevivência coletivas estabelecidas no território, pois garantem que a comunidade terá acesso à elementos importantes da vida em comunidade. No caso de Dona Maria, a estratégia de sobrevivência coletiva soma-se à familiar, uma vez que o templo é locado por uma Igreja Neopentecostal, conformando-se, como já dito, como um incremento da renda familiar.

## Tião

Tião migrou do nordeste para São Paulo quando tinha 18 anos, o que só foi possível porque ele foi *registrado* por ocasião da viagem e pôde alterar sua data de nascimento, fazendo com que sua Certidão de Nascimento indicasse seu aniversário três meses antes da data correta, a fim de que a menoridade não impedisse a mudança. Desde que chegou ao Sudeste, Tião trabalha como garçom em restaurantes e eventos, motivo pelo qual ele está fora da ocupação em grande parte dos finais de semana e feriados. Antes de se mudar para a Madrinha, ele era locatário de um imóvel no Capão Redondo - onde alugava também um pequeno ponto comercial em que vendia salgados e pastéis - e estabeleceu uma amizade muito próxima com um vizinho, Marcos, que morava no térreo do sobrado ao lado. Ele conta que, quando um deles cozinhava, o outro *gritava* pela janela para convidar o outro para a refeição e eles sempre se reuniam para *beber até de madrugada*.

Marcos foi quem informou Tião de que uma nova ocupação havia se formado na Zona Sul e compartilhou com o amigo o desejo de comprar um terreno naquele território, pois não era proprietário do imóvel em que residia no Capão Redondo e não queria continuar na casa locada. Assim, os dois amigos foram visitar a Madrinha e convenceram-se de que tratava-se de um *bom lugar*, o que incitou Tião a acompanhar o amigo

em sua mudança. O lote escolhido por Tião está localizado na praça da ocupação, mede cerca de 40 m<sup>2</sup> e foi comprado por R\$ 6.000, em 2017, pagos em duas parcelas. O valor obtido foi fruto de uma negociação feita por ele e o dono do terreno, Cássio, que o havia anunciado por R\$7000 à vista, mas aceitou a proposta. Os dois homens combinaram que o pagamento seria feito em uma praça, localizada nas proximidades de uma base da Polícia Militar. Tião foi ao local combinado, estacionou sua moto e esperou pelo vendedor, que chegou em uma *brasilíia velha*, acompanhado pela esposa, e solicitou que Tião o encontrasse em uma rua paralela para entregar o envelope com o dinheiro da transação imobiliária. O comprador conta que ficou desconfiado, com medo de ser uma *emboscada*, e, por isso, gravou todo percurso atrás de Cássio, para que existissem provas caso algo lhe acontecesse.

Após a efetivação da compra do terreno, Tião, que estava de férias do trabalho, deu início à construção de seu imóvel, planejado para ter um quarto, banheiro, cozinha integrada à sala e um ponto comercial, no qual seria instalada uma padaria ou uma mercearia - a caracterização do comércio era menos importante do que sua existência, posto que o interesse de Tião naquele ponto comercial era o incremento de sua renda. A estrutura do imóvel - que *aguenta* mais dois pavimentos - foi produzida com concreto armado e as vedações, em alvenaria. Os materiais de construção foram adquiridos em

lojas da região que faziam entrega na ocupação - cada item foi comprado naquela em que o autoconstrutor obtinha o menor preço, totalizando os R\$46.000 pagos com sua poupança pessoal, composta pela somatória de partes de seu salário e dos rendimentos de seu empreendimento no Capão.

Tião e Marcos revezaram-se nos canteiros de obras, responsabilizando-se pela construção simultânea dos dois imóveis. Como o primeiro estava de férias e já havia trabalhado como servente de pedreiro, tornou-se a principal mão de obra empenha nos processos construtivos, em jornadas de trabalho que se aproximavam de 12 horas, a fim de que ele pudesse se mudar para a Madrinha antes do fim de seu recesso como garçom. A mudança foi realizada quando o telhado e o contrapiso foram finalizados, mas os acabamentos foram produzidos posteriormente, quando o expediente de trabalho já havia sido retomado. Mudar-se para o canteiro de obras possibilitava a supressão do tempo gasto com o deslocamento diário do Capão Redondo à Madrinha e retirava o aluguel de suas despesas mensais, contribuindo, portanto, com a reserva monetária mobilizada para a construção do imóvel.

Tião conta que, quando chegou à comunidade, a madeira era a principal técnica construtiva utilizada e seu imóvel foi um dos primeiros a ser construído em alvenaria. Quando questionado se não havia se sentido inseguro por mobilizar todo o seu *pé de meia* na cons-

trução, ele respondeu que, se ficasse na ocupação pelos próximos cinco anos, já teria valido a pena - e Deus o abençoaria para que assim fosse. A autoconstrução do imóvel de Tião mostra que diversas estratégias coexistem e orientam a produção da arquitetura em territórios populares: é preciso que sua sobrevivência seja possibilitada pelo imóvel, no qual inclui-se uma fonte de renda, e que permita a expansão futura, seja por seu valor de uso, seja por seu valor de troca, mas essas estratégias são ponderadas pelo risco de que a comunidade sofra uma reintegração de posse que os retire do local em poucos anos. A coexistência dessas estratégias explicita um jogo especulativo que caracteriza a vida daquele que *se vira* para sobreviver nos centros urbanos e, para tal, sempre combinou acúmulos de recursos (não só financeiros), investimentos e a espera de que uma dessas múltiplas possibilidades se conformasse como a mais vantajosa para si.

Isso posto, vê-se que o processo produtivo do imóvel de Tião faz emergir aspectos historicamente associados à autoconstrução: empenho direto da própria força de trabalho no canteiro de obras; este, organizado conforme os dias de descanso e financeiramente possibilitado pela mobilização da poupança do trabalhador. Entretanto, a autoconstrução do imóvel de Tião não tem a provisão de um abrigo com espaço para fazer as refeições e descansar como objetivo único. Dela, emerge a preocupação em garantir o próprio empre-

endimento - já que o trabalho como garçom não é suficiente para garantir sua própria sobrevivência e a da filha, que mora com a mãe - e possibilitar expansões futuras, mesmo que, atualmente, ele resida sozinho na Madrinha. Tem-se, portanto, um canteiro de obras que se assemelha à descrição histórica da autoconstrução, mas que está inserido em um território popular muito mais heterogêneo do que aqueles em que os operários tornaram-se maioria. A trajetória de Tião evidencia que a autoconstrução em territórios populares, apesar de manter elos com a bibliografia já consolidada dos estudos urbanos, transformou-se para adequar-se ao novo cenário das cidades brasileiras, nas quais essas comunidades estão inseridas.

Tal heterogeneidade também é explicitada pela trajetória dos demais agentes apresentados nesta pesquisa, cujos processos produtivos engendrados buscaram atender necessidades diversas de uma população que, para além do abrigo, produz o espaço urbano da própria comunidade - das vias de acesso e infraestrutura urbana aos equipamentos coletivos, comércios e templos. Nesse sentido, a autoconstrução funciona como um prisma que, quando analisado, permite a observação da transformação das dinâmicas socioeconômicas e políticas que produzem e são reproduzidas nesses territórios. Estas, expressas em estratégias de sobrevivência que evidenciam a mobilização de repertórios e recursos diversos que orientam a vida frente ao estado de tran-

sitoriedade permanente ao qual elas estão sujeitas, em um contexto de intensificação da viração.

A fim de contribuir com a análise da produção da arquitetura em territórios populares, o próximo capítulo será dedicado à revisão dos estudos urbanos acerca desta temática. Com isso, pretende-se acompanhar a transformação do que é academicamente caracterizado como autoconstrução, a fim de que possa, através deste prisma, atentar para a transformação das relações políticas e sociais que transpassam um processo que, outrora, fora descrito como o produto padrão de uma população empobrecida e, aqui, é apresentado como uma produção arquitetônica produzida por uma miríade heterogênea de agentes, formas de acesso à terra, materiais, usos.

## capítulo três

### a produção da arquitetura em territórios populares

Os loteamentos periféricos que impulsionaram o crescimento da Região Metropolitana de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970 eram caracterizados como “um bairro carente de qualquer serviço, com exceção de transporte coletivo relativamente próximo” (ROLNIK; BONDUKI, 1982, p.121), para os quais se mudavam os trabalhadores, majoritariamente operários, com rendimentos mais baixos. Nesses territórios, destacava-se a ausência de ordenamento urbano e de oferta de bens de consumo coletivo, e a presença da autoconstrução como produção arquitetônica de uma população empobrecida, cuja atuação dentro e fora do lote desenvolveu um processo de produção do urbano do qual o Estado parecia estar ausente. A distribuição desigual de infraestrutura e equipamentos na cidade era evidenciada pela presença estatal na produção desses bens em áreas “habitadas pelas faixas de renda média e alta” (*Ibid.* p.125), que, por reproduzirem o capital com mais segurança e rapidez (MARICATO, 1982, p.79), eram preteridas em detrimento dos estratos populares.

As pesquisas que elencaram os loteamentos periféricos como objeto de estudo os colocaram em diferentes posições em relação à cadeia produtiva do capitalismo global. Ao longo da década de 1960, o dualismo cepalino caracterizou a autoconstrução como uma

expressão do desequilíbrio do sistema de produção-distribuição-consumo, cuja urbanização era marcada pela marginalidade dos loteamentos periféricos - condição esta que seria superada pela ação desenvolvimentista do Estado nessas áreas, que seriam, então, incorporadas ao sistema produtivo brasileiro. Assim sendo, tinha-se uma leitura em que o espaço urbano estava dividido entre as áreas incorporadas à cidade, nas quais havia investimento público em bens de consumo coletivo, e áreas marginais ao espaço urbano, onde a produção popular buscava responder às suas próprias necessidades de reprodução.

A década de 1970 foi marcada por esta leitura “marginalista” do espaço urbano, na qual a autoconstrução não era objeto de análise por suas especificidades no que tange à reprodução social dessa população, mas sim pelo papel atribuído à ela nos custos de reprodução da força de trabalho (GUERREIRO, 2018, p.132). Nesse sentido, os territórios populares foram caracterizados como produto da presença-ausência do Estado, cuja influência sobre a produção popular do espaço construído é reconhecida como um processo de “espoliação urbana” (KOWARICK, 1979, p.59), no qual se reconhece a:

(...) inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a

dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p.59).

Lúcio Kowarick relacionou a autoconstrução com o declínio dos patamares de vida da classe trabalhadora, já que essa forma de produção é possibilitada pela extensão da jornada de trabalho e significa, conseqüentemente, a redução do tempo de descanso, com impacto sobre a reprodução social. Além disso, caracterizou o produto dessa estratégia de sobrevivência como precário, com habitabilidade menor do que as casas construídas pelo mercado formal, em virtude da ausência de mão de obra especializada e do uso de técnicas e ferramentas rudimentares.

Para Francisco de Oliveira, a autoconstrução possuía um papel fundamental específico no desenvolvimento capitalista do Brasil, pois figurava como uma das bases de sua industrialização, que se fundamentou em uma relação dialética entre práticas “modernas” e “atrasadas”. O autor argumenta que práticas com pouco desenvolvimento tecnológico continuaram em vigor por beneficiarem setores importantes da indústria, que estava em pleno desenvolvimento.

Eu diria que a industrialização brasileira foi sustentada por duas fortes vertentes. A primeira foi a vertente estatal, pela qual o Estado transferia renda de certos setores e subsidiava a implantação industrial. E a segunda eram

os recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstruía sua habitação e com isso rebaixava o custo de reprodução. (OLIVEIRA, 2006, p.68)

O rebaixamento do custo de reprodução da classe trabalhadora estava centrado, para o autor, na autoconstrução das moradias. Isto porque essas casas eram produzidas em regime de cooperação, nos dias de folga do trabalho assalariado, e seu resultado era um produto realizado com trabalho não pago, “supertrabalho” (OLIVEIRA, 2003, p.59). Autoconstruir significava, portanto, uma baixa aparente dos custos da moradia na reprodução da força de trabalho, o que contribuiria para o aumento da taxa de exploração da classe ao reduzir os custos mínimos de reprodução atendidos pelos salários.

Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p.59)

Nota-se que, até aqui, o urbano foi compreendido como o reflexo espacial das relações sociais, geridas pelo Estado - também na forma ausência-presença. Essa perspectiva é transformada em 1982, no livro “A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil Industrial”, organizado por Ermínia Maricato. Os textos presentes

nesta obra abordam o urbano como uma “forma específica de reprodução do capital” (GUERREIRO, 2018, p.135), de modo que sua forma de produção e reprodução torna-se objeto de estudo e tem-se outro sentido teórico-político das relações de produção, uma vez que “o enfrentamento entre o capital e o trabalho expande as fronteiras da fábrica” (*Ibid.*, p.135).

Para Maricato, o Estado procurava agir como um “investidor capitalista”, cujo objetivo era “reproduzir seu capital” (MARICATO, 1982, p.80). Assim sendo, fazia-se necessário que ele conhecesse as diferentes formas de produção do urbano na cidade, para que sua presença fosse estrategicamente marcada no território em que o capital investido teria mais retorno. Os relatórios técnicos oficiais das décadas de 1960 e 1970 descrevem a situação dos assentamentos periféricos paulistanos, atestando o reconhecimento oficial da situação, e indicam que a ausência de políticas públicas para essas áreas era uma escolha política que tornou-se mais evidente a partir de 1969, quando o BNH reorientou seus investimentos para mercados com maior poder aquisitivo (*Ibid.*, p.85). À classe trabalhadora residente nas franjas da cidade cabia, então, autoconstruir o espaço urbano do qual sua moradia fazia parte, isto é, produzir os bens de consumo coletivo que não foram implantados pelo poder público naquela região e garantir que aquela comunidade tivesse infraestrutura sanitária básica para atender suas necessidades mínimas.

Neste cenário, o morador autoconstrutor figura como o principal agente de produção do espaço urbano, em um distanciamento aparente do Estado, ausente daquele território.

O distanciamento estatal é aqui apresentado como aparência em virtude da existência dos relatórios citados anteriormente, que evidenciam que essa ausência era uma escolha política, e pelo rebaixamento de salários atrelado ao desenvolvimento da autoconstrução, que insere o caráter econômico da decisão de ausentar-se, como apresentado por Oliveira. O afastamento do Estado destes territórios também pode ser reconhecido como aparente ao atentar-se para a infraestrutura básica produzida pelos moradores destes espaços, que realizam “gatos” a partir da infraestrutura pública e garantem que suas residências sejam abastecidas por esses serviços. Nessa perspectiva, o Estado opera como um vetor da ilegalidade (TELLES, 2006, p.204) e, dessa forma, marca sua presença no território. Assim sendo, tem-se um cenário em que a produção do espaço urbano em territórios populares aparece como um processo distante da ação estatal, mas trata-se, na verdade, de uma atuação marcada pela ausência-presença do Estado, cujo produto é uma forma de ocupação do solo em que destaca-se a vulnerabilidade socioeconômica daqueles que ali residem.

Sampaio e Xavier, em artigo publicado em 2003 na revista Estudos Avançados, indicam a influência da

administração pública nesse cenário ao apontar que a política higienista dos últimos anos do século XIX recomendou a demolição de cortiços e “moradias insalubres” nos bairros centrais da cidade e estimulou a iniciativa privada a construir habitações fora do perímetro urbano (SAMPAIO; XAVIER, 2003, p. 167). Desta maneira, a provisão habitacional foi delegada a empresas que contavam com o aval do Estado para “segregar a população trabalhadora em áreas distantes do núcleo central da cidade” (*Ibid.*, p. 168), permitindo que os representantes do mercado imobiliário daquele período mantivessem a binariedade centro-periferia a fim de intervir na produção do espaço urbano conforme seus interesses. Essa mesma forma de enfrentamento do déficit habitacional foi explicitada por Nabil Bonduki e Raquel Rolnik no texto “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”, em que os autores apontam que, nas últimas décadas do século XX, a ação estatal sobre os loteamentos periféricos era resumida à legislação regulatória, definindo parâmetros mínimos de urbanização que garantissem “os suportes físicos para a futura e incerta instalação dos equipamentos de infra e superestrutura urbana” (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p.125). Como apresentado por Maricato, essa forma de gestão do espaço urbano era guiada pelos interesses capitalistas do Estado (MARICATO, 1982), cuja atuação produzia uma forma de segregação urbana em que a renda dos moradores relacionava-se diretamente com a oferta de infraestrutura urbana, bens de consumo coletivo e postos de trabalho - as áreas com mais acesso às políticas



públicas eram aquelas em que residia a população com renda mais alta.

Em oposição, a periferia era ocupada pela classe trabalhadora, que autoconstruía o abrigo necessário para a reprodução social de sua família em uma área sem serviços ou infraestrutura. Ao compreendê-la como um território de ausências, tem-se que o processo produtivo das moradias (autoconstruídas) ali implantadas, apesar de se desenvolver em diferentes áreas da cidade, só poderia resultar em um produto homogêneo, pois era orientado pela provisão do que é estritamente necessário para a sobrevivência. Essa forma de interpretação foi construída com pesquisas de campo que relacionavam a produção dos territórios populares com a industrialização brasileira, caracterizando-os como uma forma específica de reprodução do capital na qual apoiavam-se os baixos salários estruturais - isso porque os pagamentos, insuficientes para custear a moradia, faziam com que a autocostrução emergisse como uma solução para a provisão habitacional dessa população, ao mesmo tempo que tratava-se de um processo produtivo desenvolvido pelo empenho de força de trabalho não paga, o que possibilitava o rebaixamento desses pagamentos. Nessa perspectiva analítica, os moradores de territórios populares assemelhavam-se pela forma do trabalho produtivo, pelo tempo disponível para o canteiro de obras, pelo modo de viabilizar financeiramente essas construções - através da poupança familiar,

em que somavam-se pequenas partes dos salários -, pela composição familiar e pela razão de autoconstruir um imóvel nesses espaços: a garantia de um abrigo em que se possa descansar e cozinhar, apenas. Pouca atenção analítica foi dada aos mercados imobiliários informais já presentes (BONDUKI; ROLNIK, 1982), ou outras formas não residenciais de uso do espaço, como pequenos comércios.

Esta perspectiva analítica, que olhava este espaço apenas como valor de uso para reprodução social dos trabalhadores, está presente em Sérgio Ferro, no texto “A produção da Casa no Brasil”, publicado pela primeira vez em 1972. Nele, o autor descreve a produção da casa popular como uma construção guiada por seu valor de uso, pois o baixo nível de consumo permitido pelo salário da classe trabalhadora estabelecia a adoção de uma estratégia em que apenas o capital indispensável para assistir às necessidades básicas da família era mobilizado. O produto desse processo é descrito pelo autor como um abrigo que se resume à proteção contra a chuva e o frio e espaço para a alimentação e o descanso. A fim de viabilizar essa construção, o autoconstrutor poupava dinheiro ao escolher os materiais de construção mais baratos dentre os disponíveis nas lojas mais próximas, na tentativa de reduzir também os gastos com transporte. Além disso, era importante que essa compra pudesse ser feita em etapas, a fim de que uma pequena reserva de cada salário fosse mobilizada conforme o ritmo do

29. A utilização dos mesmos materiais e técnica refere-se a uma mesma região, já que o preço dos materiais varia conforme a área do país. Sérgio Ferro aponta que, no Sul, construir com madeira é a estratégia mais barata e difundida, ao passo que, no Sudeste, esse lugar é ocupado pela alvenaria.

trabalho descontinuado, empenhado durante as férias, feriados e finais de semana em que o trabalhador não vendia sua força de trabalho, mas a mobilizava em seu próprio canteiro de obras. Como a produção da casa popular era compreendida como um processo limitado pela poupança familiar, a técnica utilizada precisava evitar excessos e, por isso, resumia-se àquela já amplamente difundida e “mais do que apreendida, é vista, vivida, absorvida por contínua vizinhança” (FERRO, 2006, p. 62): o empilhar de tijolos. A casa enquanto produto padrão era justificada, portanto, pelo emprego dos mesmos materiais e técnicas<sup>29</sup> na obtenção de um produto que atendia às necessidades básicas da reprodução social da família e que, por ser guiada pelo valor de uso que é comum “entre os danados da terra”, só poderia ser padrão (*Ibid.*, p.63).

Ferro insere a autoconstrução no processo de produção e acumulação capitalista da cidade, pois reconhece que o setor da construção civil opera como uma manufatura a fim de atender aos interesses do capital global. Em sua análise, o autor argumenta que esse setor possui uma composição orgânica inferior ao capital social médio - isto é, consome muita força de trabalho e fornece grandes quantidades de mais-valia - e permanece como tal porque a inserção de tecnologias nesse processo reduziria o capital variável empenhado na produção e, conseqüentemente, reduziria a produção de mais-valia. Essa especificidade da construção civil se articula com

a acumulação global do capital porque ajuda a manter o capital social médio abaixo ao dos países centrais e, portanto, contribui de maneira a contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucro ao realizar transferências de valor (GUERREIRO, 2018, p.141).

A descrição dos territórios populares como espaços em que a autoconstrução produz moradias com pouca ou nenhuma distinção entre os vizinhos é contrária à produção da arquitetura vista na Ocupação Madrinha. Como visto no capítulo anterior, os imóveis autoconstruídos naquele espaço diferenciam-se quanto ao uso, os materiais e os recursos (não apenas financeiros) mobilizados nesse processo produtivo. Ao entrar na ocupação, o que se vê são mercearias, botecos, templos e equipamentos comunitários dispersos em meio à casas térreas ou assobradadas, que apresentam-se ao pedestre com suas paredes de madeira ou de alvenaria, nas quais observa-se as sucessivas camadas de tijolos e argamassa. Ao continuar a caminhada, notam-se outras casas com reboco, algumas pintadas, outras cobertas por cerâmicas, todas dispostas ao longo de vielas que serpenteiam lotes de tamanhos variados, obtidos pelo Mercado Informal do Solo, por trocas simples, por doações, pela lógica da necessidade.

A heterogeneidade dos imóveis autoconstruídos em territórios populares já foi apresentada por outra estudante que, junto ao Caetés, atuou em uma ocupação

na qual os estudantes dedicaram-se à construção do barracão da comunidade. Nesse território, Daniella Motta desenvolveu a pesquisa de campo de seu Trabalho de Finalização de Graduação, que apresentou a “criatividade” dos moradores autoconstrutores - em oposição ao produto padrão descrito por Ferro. Em seu texto, Motta argumentou que a autoconstrução difere da construção civil por tratar-se de um processo que não é submetido às regulamentações do código de obras e parâmetros técnicos, nem desenvolvido em um canteiro de obras organizado de forma hierárquica (MOTTA, 2022, p.99). Nesse cenário, a informalidade e a falta de assistência técnica, somada aos escassos recursos monetários, proporciona maior “liberdade” no que tange à “invenção” de técnicas construtivas e ao uso de materiais diversos para a produção dos imóveis (*Ibid.*, p.29).

Apesar da pesquisa de campo realizada na Ocupação Madrinha também indicar que a autoconstrução não é um processo produtivo cujo produto é padrão, a análise das trajetórias dos interlocutores estabelecidos no território evidencia que a heterogeneidade reconhecida nessa forma de produção do espaço não é orientada pela “liberdade” possibilitada àqueles que atuam na construção civil sem regulamentação estatal, mas sim às formas encontradas pelos moradores para viabilizar a autoconstrução de seus imóveis com os recursos cuja mobilização é possível. Trata-se de um processo orientado pelo quanto o sujeito virador deve mobilizar de

seus repertórios e recursos para a elaboração de estratégias de sobrevivência que passam pelos vínculos sociais, econômicos e políticos dos moradores, mas centralizam-se na autoconstrução.

Ora, assim como a padronização da casa popular foi apresentada por Ferro como o produto de um processo produtivo que desenvolvia-se similarmente entre os vizinhos, a heterogeneidade vista na produção arquitetônica da Ocupação Madrinha evidencia a existência de processos produtivos articulados por uma miríade de agentes com trajetórias distintas, que mobilizaram recursos e repertórios diversos a fim de autoconstruir seus imóveis - não apenas a moradia. Isso posto, tem-se que as dinâmicas anteriormente utilizadas para caracterizar a autoconstrução ainda estão presentes nos territórios populares, mas coexistem com outras práticas que se diversificam no tempo e no espaço - como visto no esquema apresentado na página seguinte. Tal diversidade está atrelada à heterogeneidade de agentes presentes nos territórios populares, que relacionam-se com o desenvolvimento da produção urbana dentro da “viração” (e não predominantemente regida pela relação salarial operária, que é socialmente homogeneizante), cujas características e possibilidades em relação ao período anteriormente descrito são outras.

A partir dos anos 2000, movimentos de cultura e de luta por moradia estavam em pleno desenvolvimento na cidade de São Paulo<sup>30</sup>, com atuação vinculada a

30. Conforme relatado pela militante do movimento social que atua na Ocupação Madrinha.

heterogeneidade na  
autoconstrução



FORMAS DE  
OBTENÇÃO DO LOTE



FORÇA DE  
TRABALHO  
EMPENHADA NO  
CANTEIRO DE OBRA



MATERIAL  
UTILIZADO



FUNÇÃO DO IMÓVEL



Na parte superior deste esquema, vê-se características atribuídas à autoconstrução enquanto produto padrão e, na parte inferior, outras dinâmicas reconhecidas durante a pesquisa de campo. Ao acompanhar as trajetórias dos interlocutores estabelecidos no território, nota-se que existem possibilidades diversas para a autoconstrução dos imóveis, seja dentro do modelo anteriormente descrito, seja em arranjos feitos entre estes e as novas dinâmicas presentes nas cidades contemporâneas.

diferentes grupos de resistência popular, como associações de bairro e movimentos eclesiais de base, que agiam como intermediários entre as comunidades e o Estado. Esses grupos se fortaleceram com a atuação de moradores, que tornaram-se militantes dentro e fora desses movimentos e se apropriaram de seus repertórios, mesmo que isso não tenha significado a adesão completa à estratégia original, que lutava por moradia como direito e pela construção coletiva do Estado democrático (SANTOS; GUERREIRO, 2019). Os repertórios são o saber-fazer da militância e incluem o histórico de conquistas de regularizações fundiárias e de moradias como um caminho possível diante das experiências contemporâneas com a violência e a negligência do Estado - que também encontram elos com as vivências anteriores e, por isso, incitam a mobilização popular em direção à construção de políticas públicas universais.

Como os moradores da Ocupação Madrinha possuem trajetórias distintas e, portanto, contato com diferentes grupos organizados, o que se se coletivamente é uma mistura de repertórios mobilizados com o objetivo de permanecer no território e manter-se vivo em uma comunidade sem segurança da posse da terra, buscando viabilizar a reprodução da família em trabalhos informais e/ou temporários e pequenos empreendimentos próprios - trata-se, em suma, de articular estratégias de âmbito político e econômico em torno das quais orga-

niza-se a luta pela sobrevivência na cidade de São Paulo. Esta, transpassa a permanência no território ocupado e conforma-se em estratégias individuais diversas. Sara e Túlio têm, na Madrinha, a moradia que os retirou o ônus excessivo do aluguel e, para tal, mobilizaram todos os seus recursos (não apenas financeiros, como se viu) na autoconstrução do imóvel.

Similarmente, o vínculo de Juliano com a ocupação está centrado em sua residência, mas essa estratégia engendrou uma segunda: seu empreendimento no ramo alimentício, de modo que a perda da moradia pode significar também a inviabilização financeira de seu negócio. José e Lourdes, por sua vez, apesar de serem parte da mesma comunidade e terem ali possibilidades de trabalho - no caso de José -, empenharam-se na construção de uma casa que garanta a reprodução social da família sem mobilizar todos os seus recursos, a fim de que possam estabelecer-se em outro território caso a Madrinha sofra uma remoção. Diferente destes três, a permanência de Renata no território significa tanto a continuidade em seu local de residência quando a garantia de parte considerável dos recursos financeiros de sua família, posto que os imóveis por ela produzidos para locação estão ali implantados e o rendimento deles viabiliza financeiramente a sobrevivência da família - sua situação é semelhante a de Tião, para quem a permanência no território ocupado está vinculada tanto à garantia de sua moradia autoconstruída quanto

à de sua principal fonte de renda, a mercearia. Para Dona Maria, por fim, envolver-se nessa luta significa a manutenção do laço por ela estabelecido com agentes diversos, sem os quais a rede de apoiadores que garante sua sobrevivência seria prejudicada.

Apesar da diversidade de relações estabelecidas pelos moradores da Madrinha com o território, pode-se reconhecer que todas as variáveis estão organizadas no entorno da autoconstrução - seja ela da casa, do negócio ou mesmo do templo/associação que, politicamente, articula a permanência no território. Isso posto, tem-se a hipótese de que a autoconstrução está no centro das estratégias de sobrevivência adotadas por cada um dos agentes presentes em territórios populares, que orientam-as conforme os repertórios e recursos mobilizados frente ao estado de transitoriedade permanente ao qual estão sujeitos. Tais estratégias podem ser compreendidas como expressões das lutas individuais/familiares travadas por esses agentes, cuja permanência na ocupação é motivada por diferentes aspectos políticos, econômicos e sociais que diferenciam-se por partirem de trajetórias, arranjos familiares e recursos políticos e financeiros próprios. Estes, fazem com que a reprodução social deles seja garantida por meio de táticas específicas, algo que é visto no espaço construído pela distinção entre casas vizinhas - ora com cerâmica instalada integralmente na parte externa do imóvel, ora com a combinação de alvenaria sem reboco e madeirite na construção do lar

- e também pelas características do próprio lote, já que sua localização dentro da comunidade é orientada por relações de vizinhança variadas e as articulações feitas no terreno, que pode ser fracionado ou expandido, também variam conforme as estratégias do autoconstrutor.

Todavia, a continuidade no território não poderia ser conquistada apenas pelas estratégias individuais/familiares aqui descritas, o que é evidenciado pela organização comunitária da Ocupação Madrinha, que reivindica o reconhecimento estatal da legalidade da posse coletiva dessa área. Em tal processo, destacam-se os vínculos com repertórios específicos de diferentes grupos organizados que acompanharam as lutas na periferia paulistana desde as últimas décadas do século XX - movimentos eclesiais de base, associações de moradores, grupos inseridos na luta por moradia e por acesso à cultura. Esses repertórios, misturados, constroem coletivamente estratégias diversas para o enfrentamento da luta por moradia na contemporaneidade, que se desenvolve conforme os recursos, não só financeiros, mobilizados pelos agentes da comunidade - isto é, o contato com representantes do Estado, da Igreja, do Mercado Informal do Solo, de movimentos sociais e também de grupos organizados de outras comunidades, além de grupos universitários e correntes partidárias que também fazem parte dos recursos mobilizados pelos moradores e agentes externos que atuam nesses territórios.

A partir das experiências da Ocupação Madrinha, pode-se apontar que a luta pelo reconhecimento dos territórios populares contemporâneos é mobilizada, portanto, com repertórios que desenvolvem estratégias de enfrentamento conforme os recursos financeiros e políticos de cada comunidade e também de cada família, cujo objetivo é, além de permanecer em um território, ter meios para se instalar em outro e sobreviver em um contexto de transitoriedade permanente. Apesar desses processos serem reconhecidos em outros os territórios nos quais o Coletivo Caetés atuou - cujas experiências no centro, nas Zonas Oeste e Norte e na Região Metropolitana de São Paulo foram compartilhadas com os demais membros -, a pesquisa de campo indica que sua inserção em um espaço cuja produção contou com agentes e meios específicos faz com que cada canteiro autoconstruído - e, portanto, espaço urbano produzido - seja distinto dos demais, assim como as relações socioeconômicas e políticas reproduzidas por ele, motivo pelo qual a caracterização da periferia como o espaço homogêneo em suas ausências já não se fundamenta na concretude da cidade.

A heterogeneidade desses espaços já havia sido discutida por alguns autores que, nos anos 2000, pautaram a impossibilidade de prever os conteúdos sociais associados à moradia de um espaço apenas por sua caracterização como periferia, uma vez que ações do capital imobiliário deste período criaram aglome-

rados “auto-segregados” (TORRES, 2003, p. 106) de famílias ricas no entorno de novos centros, especialmente na zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Além disso, os diferentes recursos (não apenas financeiros) das famílias das classes populares se transformaram numa miríade de possibilidades de reprodução social dentro do próprio território popular, fazendo com que exista atualmente uma grande heterogeneidade interna nas classes populares (GIAVAROTTI, 2017) - que se afastaram há muito do “destino operário” (FELTRAN, 2010) e cada vez mais sobrevivem na viração. Entretanto, a heterogeneidade das classes residentes na periferia da cidade não é a única transformação observada em campo, já que, como visto, notam-se também distinções nas estratégias para permanecer no espaço, que transpassam a organização política e espacial dos territórios populares.

A comparação das ocupações Madrinha e Norte<sup>31</sup> evidencia a heterogeneidade dos territórios populares contemporâneos. A primeira, formada por um grupo de pessoas não organizado por um movimento social, teve início em 2016 e, hoje, conta com cerca de 200 famílias. A entrada dos primeiros moradores foi guiada apenas pela orientação de cercar um lote que ainda não havia sido demarcado - sem qualquer regulação quanto ao tamanho dos terrenos. As famílias que chegaram nesse momento não pagaram pelo uso da terra e ali construíram imóveis que, até o final do ano de 2017,

31. Na qual o Coletivo Caetés atuou entre os anos de 2020 e 2021, como já apresentado no Capítulo 1 desta pesquisa.

eram majoritariamente de madeira. A técnica foi posteriormente substituída por alvenaria, em uma estratégia utilizada também pelos moradores recém-chegados. Como a ocupação não foi orientada pelo planejamento do loteamento, tem-se um traçado viário que começa com uma rua que dá continuidade a um logradouro público e leva à uma praça, na qual iniciam-se as vielas estreitas ao longo das quais os imóveis estão dispostos sem conformação de quadras. A comunidade não é assistida por serviços públicos de saneamento básico, mas os moradores autoconstruíram a infraestrutura básica necessária para sua reprodução, isto é, fossas sépticas e *gatos* de água e energia elétrica - atualmente, ambos estão sendo substituídos pelo fornecimento regular desses serviços, marcando uma mudança parcial na forma da presença estatal, que se faz ativamente presente no que concerne à implantação de infraestrutura sanitária, mas mantém sua aparente ausência em relação à regulação fundiária.

A pesquisa de campo na Madrinha mostrou que, apesar da lógica da necessidade, como descrita por Abramo, ser a forma mais expressiva de acesso à terra, tal perspectiva analítica não aparece apenas quando é pautada a autoconstrução das moradias, posto que necessidades políticas e econômicas que relacionam-se com a permanência no território ocupado também incidem sobre a produção do espaço nessas localidades - a exemplo de Renata, Dona Maria e Tião. Ademais, as visitas

também atestam que a mercantilização de imóveis já estava em desenvolvimento desde os primeiros anos da ocupação e, a partir de 2021, notou-se o desenvolvimento cada vez mais expressivo dessas relações mercantis, que incluem também os acordos de locação. Para Pedro Abramo, a existência deste tipo de relação mercantil em territórios populares evidencia a existência de um Mercado Informal do Solo que se divide nos submercados de comercialização, no qual tem-se compra e venda de lotes e edificações, e locação, que compreende a locação residencial informal e também a locação comercial informal. São repertórios e recursos, portanto, cuja intensa presença contrasta com os territórios descritos através do puro valor de uso, da década de 1970.

Apesar do desenvolvimento do Mercado Informal do Solo ter sido reconhecido pelo movimento social que atua na Ocupação Madrinha, cuja contradição com a luta por moradia é explícita, o processo não foi interrompido pelos militantes, para os quais essa dinâmica é comum em ocupações em que a menor insegurança na posse da terra permite a adoção estratégica dos “negócios com terra” (GIAVAROTTI, 2017, p.138), que viabilizam o incremento da renda familiar, no caso da locação, e a adequação à instabilidade de empregos temporários e/ou precarizados que podem exigir a mudança da família, no caso da comercialização de imóveis. No que tange à luta por moradia, a comunidade



está reivindicando regularização fundiária e o processo, organizado pelo movimento social e com o qual o Caetés contribuiu ativamente, já está no Ministério Público. Há aqui, portanto, intensa articulação entre mercado do solo, agentes estatais ou de mediação com eles, como movimentos sociais e coletivos universitários, e famílias em transitoriedade permanente - cuja casa e bairro autoconstruídos são recursos importantes dentro de sua estratégia de sobrevivência.

32. Pessoas que tinham esse contato entre os seus recursos políticos.

A segunda ocupação, Norte, teve início em 2017 e foi organizada por um movimento de luta por moradia, trata-se de um terreno classificado como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) que estava abandonado há aproximadamente 20 anos. Nesse caso, as famílias se assentaram conforme o projeto de loteamento feito pelos moradores e militantes e, por isso, todas as ruas têm largura suficiente para a passagem de carros e os lotes, com tamanho padrão e organizados em quadras, foram distribuídos entre militantes e pessoas que faziam parte da rede apoiada por eles<sup>32</sup>. A infraestrutura da comunidade também é composta por fossas sépticas e “gatos” de água e energia elétrica, mas não houve regularização desses serviços. No que diz respeito à técnica construtiva, o movimento adotou a estratégia de manter a construção dos imóveis em madeira, a fim de minimizar o capital investido pelas famílias e garantir que nem todo o recurso financeiro delas fosse mobilizado em um imóvel que poderia sofrer reintegração de posse.

Diferentemente da ocupação Madrinha, essa ocupação tem o movimento social como principal agente regulador da produção do espaço e, por isso, os negócios com terra não se desenvolveram. Outra diferença entre esses territórios é que esta ocupação foi submetida a sucessivas tentativas de reintegração de posse e parece não haver meios para que eles permaneçam no território ocupado, o que tem levado o movimento a buscar o auxílio aluguel como estratégia da luta por moradia, que deverá ser continuada em outro local.

A inserção nesses dois campos mostra que as diferentes formas de produção do espaço nas franjas da Região Metropolitana de São Paulo não são produto exclusivo da condição socioeconômica dos moradores, mas também das estratégias utilizadas para lutar pela permanência nesses espaços ou para que existam meios para que eles se assentem em outro. A produção desses territórios é influenciada, ainda, pela disponibilidade de recursos não-financeiros dos moradores - principalmente a possibilidade de acessar redes de proteção que intermediam sua relação com o Estado. Ao comparar esses territórios com aqueles descritos nas últimas décadas do século XX, fica evidente que essas comunidades passaram por transformações que alteraram as dinâmicas políticas, sociais e econômicas que produzem e são produzidas pelo espaço construído. Essa modificação indica que os repertórios, recursos e estratégias mobilizados pelos moradores - e também pelo Estado

e diversos outros agentes - são elementos estruturantes da produção da arquitetura em territórios populares contemporâneos, cuja produção não é marginal à produção estatal ou do mercado formal, mas que articula estratégias de ambos e as funde às suas próprias.

## **conclusão**

A análise da autoconstrução como um prisma - que refrata e define elementos antes misturados - possibilita a compreensão das estratégias, adotadas pelos moradores de territórios populares e suas redes de apoiadores, para a permanência no espaço ocupado. Tais estratégias são conformadas por meio da mobilização de recursos e repertórios próprios, que evidenciam a relação entre o trabalho empenhado na produção desses espaços e as relações socioeconômicas e políticas que transpassam esse processo. Nesse sentido, tem-se que a produção da arquitetura e do espaço urbano em territórios populares não é heterogênea apenas em sua aparência, mas é assim reconhecida em virtude do processo social em que essa materialidade arquitetônica foi produzida: os expedientes de sobrevivência variados mobilizados para a permanência no território.

Essa pesquisa procurou explorar de que modos tais processos sociais influenciam a produção dos imóveis autoconstruídos em territórios populares, a partir da inserção em campo na Ocupação Madrinha. Apesar das estratégias de sobrevivência descritas nesse texto não se esgotarem - dada a diversidade de arranjos socioeconômicos e políticos que produzem e são reproduzidos nesses espaços -, a inserção em outras frentes de atuação do Coletivo Caetés indica que elas orbitam em torno da autoconstrução, aqui entendida como um elemento

central dentro da viração colocada em andamento pelos agentes presentes nesses territórios. Isso se dá pois são as mobilizações feitas no entorno desse processo produtivo que possibilitam a adoção de estratégias vinculadas à permanência nessas comunidades, aos trabalhos empenhados nos mercados formal e informal e ao acesso à redes de solidariedade que são necessárias para a sobrevivência de uma população submetida a um estado de transitoriedade permanente.

Além disso, as estratégias de sobrevivência formuladas pelos moradores da Madrinha indicam que esses espaços não são ordenados por uma dualidade da “lógica da necessidade” e do “Mercado Informal do Solo” descritas por Pedro Abramo, pois foram identificadas motivações políticas e econômicas para a inserção na comunidade que continuam vinculadas à necessidade de inserir-se em territórios populares - como evidenciado pelas trajetórias de José e Lourdes, Renata, Dona Maria e Tião. Para eles, residir na Madrinha não significa apenas obter um lote para autoconstruir uma moradia, mas também também acessar as redes de apoiadores necessárias para a garantia da sobrevivência familiar e/ou para viabilizar financeiramente a reprodução social de seus membros. Mesmo o Mercado Informal do Solo aparece, nesta comunidade, como um sistema de trocas intermediado não só por dinheiro, mas também por terra, materiais de construção e pelo trabalho empenhado pelos moradores autoconstrutores nos canteiros de obras de seus

vizinhos. Estas são conformadas em estratégias diversas tanto dos moradores quanto dos vendedores/doadores inseridos na ocupação. O “mercado”, aqui, (ainda) é uma estratégia de sobrevivência - e não um mecanismo puramente extrativista contraposto a um puro valor de uso da casa.

Ao atentar-se para a miríade de estratégias de sobrevivência adotadas pelos moradores e suas redes de apoiadores, tem-se que as relações de poder nesse território são mais fluidas do que a entrada na ocupação parece, inicialmente, indicar. Isso porque a regulação política da comunidade apresenta-se como um processo de produção e gestão do espaço em que os agentes do território ocupam posições de liderança conforme os recursos passíveis de mobilização por ele em um momento específico do cotidiano da comunidade - caracterizando, portanto, o que Gustavo Pietro e Elisa Verdi chamaram de “hegemonia compartilhada”.

Ademais, os repertórios, recursos e estratégias utilizados pelas famílias autoconstrutoras indicam que a produção da arquitetura em territórios populares precisa ser interpretada em sua totalidade, atentando-se para as relações socioeconômicas e políticas destes espaços, posto que são produzidas por ele e, dialeticamente, o produzem. Nesse sentido, é preciso que os estudos acerca da produção da arquitetura em territórios populares sejam desenvolvidos em uma chave analítica distinta das

décadas de 1960 e 1970, pois os agentes envolvidos nesse processo possuem repertórios e recursos variados que são mobilizados e misturados dentro de estratégias que objetivam conquistar a permanência da comunidade no espaço ocupado ou garantir a inserção em outro território, sempre dimensionando suas táticas em face às práticas estatais de produção do urbano, de maneira multiescalar - desde a escala local de atuação do Estado em suas margens, até as políticas urbanas universais e suas vinculações externas.

Esse estudo será continuado em trabalho de pós-graduação, no qual serão analisados territórios com maior grau de consolidação, nos quais a pesquisa de campo será desenvolvida. Tais incursões em campo serão organizadas de modo similar à pesquisa desenvolvida neste trabalho, a fim de que os elementos encontrados nesses territórios - recursos e repertórios individuais e coletivos conformados em estratégias de sobrevivência frente ao estado de transitoriedade permanente ao qual essa população está submetida - sejam comparados àqueles identificados na Madrinha, possibilitando que as hipóteses aqui desenvolvidas sejam testadas.

## referências bibliográficas

ABRAMO, Pedro. **Favela e Mercado Informal**. Porto Alegre: FINEP, Coleção Habitare, v 10, 2009.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferia da Grande São Paulo**: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

CABRAL, Gabriel. **Autoconstrução, fôrmas e formas**: um olhar sobre seus canteiros e processos de produção em São Paulo, anos 2010. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2022.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify Edições, 2006.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. **Eles não usam macacão**: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **Habitação a contrapelo**: As estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

LACERDA; GUERREIRO; SANTORO. **Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino**. Labcidade, São Paulo, 22 abr, 2021. Disponível em: <<https://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/#:~:text=A%20feminiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20d%C3%A9ficit%20habitacional,As%20fam%C3%ADlias%20no%20Brasil%20mudaram>>. Acesso em: 31 out 2023.

MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 71-93, 1982.

MOTTA, Daniella Caetano Alves da. **Ocupação dos Queixadas**: autoconstrução, luta pela terra e extensão popular. 2022. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <[https://repositorio.usp.br/directbitstream/288fc7fc-11db-4d76-9d0e-4570fceda444/TFG\\_2022\\_1\\_daniella\\_motta.pdf](https://repositorio.usp.br/directbitstream/288fc7fc-11db-4d76-9d0e-4570fceda444/TFG_2022_1_daniella_motta.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2023

PIETRO, Gustavo; VERDI, Elisa Favaro. **Irmãos na Terra Prometida**: crime, igreja e regularização fundiária em São Paulo. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 85, p. 55-73, ago. 2023.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **Habitação em São Paulo**. Estudos avançados, v. 17, p. 167-183, 2003

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

\_\_\_\_\_. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TORRES, Haroldo da Gama et al. **Pobreza e espaço**: padrões de segregação em São Paulo. Estudos avançados, v. 17, p. 97-128, 2003.

